



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

TIAGO AMARO LOPES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL:
Gênese e crítica**

**RIO DE JANEIRO
2009**

TIAGO AMARO LOPES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL:
Gênese e crítica**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração,
Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis, Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do grau de
Bacharel em Administração

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Rohm

**RIO DE JANEIRO
2009**

TIAGO AMARO LOPES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL:
Gênese e crítica**

Rio de Janeiro, de de 2009

Prof. Dr. Ricardo Rohm
Orientador

Prof. Dr. José Luis Felício Carvalho

RESUMO

LOPES, Tiago Amaro. **Responsabilidade social:** gênese e crítica. Rio de Janeiro, 2009. Monografia (Bacharelado em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A pesquisa realizada pretende fazer uma análise sobre o conceito de responsabilidade social, em sua formulação acadêmica e na prática empresarial, frente à atual organização social. Para tanto, foi feito levantamento de bibliografia sobre o processo de responsabilidade social contida em artigos e livros, e também nas informações sobre projetos de responsabilidade social disponibilizada pelas empresas e pesquisadores. Buscou-se entender o processo dentro da conjuntura macroeconômica e geopolítica, nos quais destaca-se a globalização, o neoliberalismo e a formulação de “novas arenas” de atuação social, tendo havido um levantamento bibliográfico também para esse objetivo. A análise a partir da teoria crítica é utilizada para contextualizar o conceito dentro da teoria das organizações, complementado por uma ponderação acerca dos rumos que as diferentes leituras históricas da responsabilidade social nas empresas podem implicar.

Sumário

1. Introdução	5
2. O tema e o problema	12
3. Justificativa e relevância da pesquisa	13
4. Objetivos.....	13
5. Metodologia	14
5.1 Delimitação da pesquisa	14
5.2 Levantamento e análise de dados	18
6. Referencial teórico	18
6.1 Neoliberalismo e novos sujeitos sociais.....	18
6.1.1. Neoliberalismo e a questão distributiva.....	18
6.1.2. Globalização e imperialismo.....	22
6.1.3. A sociedade civil e as novas arenas políticas.....	25
6.2 As organizações e a empresa capitalista	30
6.2.1. Um histórico das teorias das organizações.....	30
6.2.2. A empresa capitalista e as relações de poder.....	37
6.3 A responsabilidade social.....	42
6.3.1. Um histórico da responsabilidade social.....	42
6.3.2. Responsabilidade social hoje.....	45
7. Considerações finais.....	50
8. Referências bibliográficas.....	55

1. Introdução

O processo de crise do feudalismo e crescimento em importância da estrutura mercantil, ocorrido entre os séculos XIV e XVI, tiveram como consequências diversas mudanças na sociedade. Impulsiona-se filosoficamente uma visão antropocêntrica e racionalizada do mundo, que vem chocar-se com o teocentrismo da Idade Média e construir um renascimento na ciência e na arte. No terreno religioso surge a reforma protestante, propondo o fim da condenação ao lucro e apresentando a concepção do trabalho como forma de redenção do homem. O “espírito do capitalismo”, como o chamaria Max Weber, cresce dentro da sociedade ocidental e, mais tarde, em todo o mundo.

Todo o conjunto de ideias da época feudal começa a ruir junto com a sua base material, abrindo espaço para o absolutismo, que inaugura o moderno Estado nacional. Sob o Estado absolutista surgem as estruturas que Netto e Braz (2007) consideram “as estruturas próprias do Estado moderno, articulador da nação: uma força armada sob comando único, uma burocracia e um sistema fiscal”. Observa Marx que

o poder estatal centralizado, com seus órgãos onipotentes – o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura - [...] procede dos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo (MARX, 1986, p. 70).

O processo avança e se desenvolve em um período de convulsões sociais, as chamadas revoluções burguesas, como a revolução inglesa (1688) e a francesa (1789), em que torna-se hegemônico um grupo que, apesar de já ter o poder econômico, ainda não tinha totalmente o poder político – a burguesia – e um sistema que até hoje vigora, o *capitalismo*. Sobre essa etapa histórica, já a estudaram, de maneira profunda, diversos intelectuais, cabendo somente observar que, sob esse sistema, alcançam uma centralidade o capital industrial, a produção de *mercadorias*, ao contrário do período anterior onde a riqueza fundiária do feudalismo era o elemento central.

Esse processo muda o local social, ou seja, a posição na sociedade em que as organizações comerciais se encontram. A *indústria*, ou *empresa*, cresce em importância e torna-se a principal produtora de riquezas na sociedade capitalista.

A empresa é em princípio uma organização que serve para produzir riquezas à sociedade. No entanto, ela é uma propriedade *privada* e, sendo assim, tem um dono que é um

agente privado da sociedade, que viabiliza a sua produção e realiza seus produtos através do *mercado*.

A discussão sobre o mercado e o bem-estar social existe desde o ascenso do capitalismo como sistema hegemônico. Existem os teóricos que veem o mercado como capaz de trazer naturalmente a sociedade em um ponto de bem-estar social. O exemplo dessa visão é Adam Smith, que viveu entre 1723 e 1790 e foi considerado o pai do liberalismo econômico. Como homem de seu tempo, em um momento de afirmação do capitalismo e de ascensão da burguesia, Adam Smith defendem concepções que até hoje encontram adeptos no Brasil e no mundo.

Na obra “Teoria dos Sentimentos Morais”, de 1759, o autor busca encontrar explicações para a construção moral da sociedade tendo como ponto de partida o indivíduo. Para Ganem (1998), alguns autores apontam que Smith tenta responder à seguinte questão filosófica: “como explicar a ordem social independente da explicação divina, tendo como ponto de partida o indivíduo?”. Gandra (2005) observa que

diante do desenvolvimento das relações comerciais, das virtudes da divisão do trabalho, Smith, além de sua oposição ao Estado mercantilista, não hesitou em afirmar que o grande operador desta nova ordem social era o mercado (GANDRA, 2005, p. 158)

Smith defende a teoria de que o homem é dotado de uma possibilidade natural de compartilhar, através de um sentimento involuntário de simpatia. Segundo Camillo e Tullio (2003), o momento histórico em que Smith está escrevendo – um momento pleno da ordenação da moral burguesa – o influencia a entender a vida em sociedade como tendente à harmonia e equilíbrio por intermédio de um sentimento de *simpatia*. Os homens, na vida prática, mostram-se voltados, além de seu interesse prático, para um sentimento involuntário para o interesse coletivo. Daí seu caráter propenso para a vida em sociedade.

Para as autoras, apesar dessa obra ter sido escrita dezessete anos antes de sua obra principal, *A Riqueza das Nações*, as duas obras não estão desconectadas em seu pensamento. Pelo contrário, “acenam para uma unidade, revelando a compreensão e comprometimento do autor com as transformações em curso na história do capitalismo“. Atribui à ideia de uma “simpatia” natural ao homem as ações que o colocariam em mútua relação entre si, mediadas pela busca por seus interesses pessoais, que são dominantes dentro do “homem prudente”. A “prudência” tem importância grande dentro do modelo teórico de Adam Smith. Na *Riqueza das Nações*, o autor diz que

o exercício da prudência comum é um pré-requisito para que o sistema da liberdade natural atue harmonicamente e ‘embora os princípios da prudência comum não orientem sempre o comportamento de cada um dos indivíduos, sempre influenciam o da maioria de qualquer classe ou ordem. (VINER, 1972 apud GANDRA, 2005, p. 159)

Explicando individualmente os fenômenos coletivos, Smith conclui que se a dinâmica econômica fosse entregue aos interesses pessoais, o mercado em liberdade naturalmente, através de uma “mão invisível”, levaria a sociedade a benefícios públicos, paz e a ordem social. A capacidade de ascensão estaria ligada ao esforço pessoal (à prudência), como pode-se ver na passagem

... não é por dons [...] que o homem de posição inferior deve esperar distinguir-se. [...] Se porventura [o homem de posição inferior] espera distinguir-se, deverá ser por virtudes mais importantes. [...] Probidade e prudência, generosidade e franqueza deverão caracterizar seu comportamento em todas as ocasiões comuns... (SMITH, 1999 apud GANDRA, 2005, p. 160)

O autor não vê a desigualdade como algo ruim. Observa Gandra (2005) que Smith “não só coloca a desigualdade como o motor material da sociedade, mas também a justifica moralmente”. Ela é um “motor das pessoas e do avanço material da sociedade”. Apesar disso ele acredita que o livre-mercado tenderá a diminuir a diferença entre o pobre e o rico, ainda que esta não termine, através da transformação de pobres em trabalhadores, gerado pelo crescimento econômico.

No entanto, Smith admite a possibilidade de a desigualdade se tornar opressiva e, nesse caso, esta comprometer a estabilidade social, com o ressentimento e violência do pobre sobre o rico. Somente nesse caso, a justiça comutativa (ou seja, da livre troca) deverá ser substituída pela justiça distributiva e, mesmo assim, somente pelo tempo necessário para que a desigualdade deixe de ser opressiva e não haja mais ameaça de violência, assim sendo novamente possível que haja progresso e a hegemonia da justiça comutativa sobre a distributiva.

Desde a época em que Adam Smith escreveu, muito foi mudado e atualizado em sua obra. Um marco para a mudança de paradigma foi a crise de 1929. Observa Ramos (2003) que nos anos 30, “a crise do desemprego tornava as explicações dos teóricos do Modelo Clássico pouco plausíveis, além de serem pouco práticas para nortear a intervenção dos gestores de política”. Essa conjuntura abriu espaço para John Maynard Keynes, economista da

época, propor uma nova teoria econômica que desse resposta às demandas da época, ainda que sem uma ruptura total com o modelo que o precedeu.

Wonnacott e Wonnacott (1982) apontam como três proposições mais importantes do principal livro de Keynes, *The General Theory on Employment, Interest and Money*: a análise do *desemprego em uma economia de mercado*, pois Keynes argumentava que uma economia de mercado não se movimentaria, necessariamente, em direção ao pleno emprego – poderia se estabelecer em um equilíbrio com desemprego em grande escala; a *causa do desemprego*, pois Keynes argumentava que o desemprego em grande escala é o resultado de gastos baixos em bens e serviços; e a *cura para o desemprego*, que para Keynes estava relacionada a um aumento de demanda agregada por meio dos gastos governamentais.

Keynes defendia uma maior intervenção do Estado na regulamentação da economia por não entender que o mercado poderia caminhar sozinho para uma situação de bem-estar social e, em grande parte, suas ideias influenciam até hoje um grande número de economistas. No entanto, Lévy e Duménil (2007) apontam que a partir de 1970, após o período que chamam de *compromisso keynesiano*, inicia-se uma nova tendência em torno de uma hegemonização de outro paradigma econômico, que reflete algumas das premissas liberais, tendência esta que foi chamada de neoliberalismo.

O neoliberalismo se caracteriza em usar o mesmo pensamento de mercado em proporções muito maiores, além da inserção da tecnologia dentro do espaço produtivo. Outra característica observada por Lévy e Duménil (2007) é o aumento da concentração de renda proveniente da especulação financeira, que por sua vez não é investido de volta na produção.

Esta nova configuração intensifica a não-participação do Estado na economia, em uma sociedade onde os mercados são cada vez mais globais; introduz a tecnologia no processo produtivo, o que diminui a necessidade de mão-de-obra e, se entendido junto com o processo de globalização, permite um maior poder das empresas na relação com os trabalhadores; e tem como diferencial o capital financeiro, que corresponde a um dinheiro que não é reintroduzido na produção.

A premissa que pretende-se frisar na teoria de Adam Smith, que é a relação da iniciativa privada e, nesse sentido, da empresa capitalista, com o bem-estar social é, portanto, alterada, mas não totalmente. Ainda é hegemônico no neoliberalismo o preceito de Smith de que o mercado conseguirá manter o melhor ordenamento social, sob argumentos diferentes

como a maior “eficiência” da iniciativa privada¹.

Como Gandra (2005) observa sobre Smith, o autor admite como meta a estabilidade social e sinal de avanço a criação de riquezas, admitindo em diversas passagens que esta será propriedade somente de alguns e, como dito, será papel do Estado garantir que as riquezas dos ricos não sejam tomadas por meio de violência pelos pobres. A mesma assertiva é válida nos dias de hoje. No entanto, a própria configuração econômica faz com que a mediação feita pelo autor entre a justiça comutativa e a justiça distributiva tenha dificuldades de ser posta em prática, por conta da diminuição do poder de ação do aparelho governamental e diminuição de sua independência quanto à conjuntura macroeconômica e geopolítica internacional.

Fruto de todo esse panorama histórico, surge uma fase em que, como observa Ribeiro,

encontram-se em alteração os atributos da espacialidade econômica e politicamente significativa. Esta fase apresenta, assim, novos elos entre economia, sociedade e política, estimulados pela incorporação de recursos - até hoje desconhecidos - na esfera produtiva e por rearranjos das formas de produzir (RIBEIRO, 1997, p. 487)

Esses rearranjos modificam a forma organizacional de sustentação de atores políticos e práticas de mobilização e reivindicação. Aponta a autora que “poderia ser dito que uma nova forma de agir (empresarial e política) percorre, com agilidade crescente, as oportunidades – locais, regionais e nacionais – de lucro e legitimidade”. Há uma nova dinâmica na sociedade, em que há o risco de enrijecimento e envelhecimento do Estado como instituição reguladora da satisfação de necessidades sociais presentes e futuras. Para Ribeiro,

esta possibilidade de envelhecimento manifesta-se, sobretudo, quando é comparada a agilidade do aparelho de governo à experiência transnacional de outras instituições sociais: igrejas, empresas, instituições bancário-financeiras, Organizações Não-Governamentais dos países centrais. (RIBEIRO, 1997, p. 488-489)

A autora completa seu raciocínio apontando a necessidade de que seja realizado um “controle democrático das novas arenas políticas mundiais”. É necessário que sejam “controlados os processos de esvaziamento de instâncias político-institucionais indispensáveis ao tratamento de conflitos de interesse”.

O mapa político apontado por Ribeiro tem características muito próximas das características neoliberais: globalização, adoção de novas tecnologias, diminuição intensa da

¹ Sobre essa questão, é emblemático artigo publicado no site do PSDB, sob o título “As Privatizações Reavaliadas”: “Entretanto, não foi só por isso que fizemos a privatização das telecomunicações, nem foi essa sua única vantagem. A principal foi a absorção rápida de novas tecnologias e a continuidade dos investimentos, livres das peias burocráticas do monopólio estatal e das restrições orçamentárias que ele acarretava, inclusive para a contratação de financiamentos.”

intervenção estatal. Nessa conjuntura, novos atores políticos surgem com grande força, entre os quais, como citado pela própria autora, a empresa. Silva trata da reforma do Estado brasileiro, apontando que esta

Considera o governo que o Estado deve deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar o promotor e regulador desse desenvolvimento. Por conta disto, o Estado transfere sua responsabilidade para o setor privado, ou seja, para a Sociedade Civil, que passa a ter a responsabilidade de repensar e prover tais serviços e de encontrar soluções para enfrentar e amenizar os impactos sociais. (SILVA, 1999, apud LINHARES, SCARIOT e CANOPF, 2006, p. 573)

Nesse contexto deve-se entender a ascensão da responsabilidade social. O conceito em si é bem antigo: Oliveira (apud DE BENEDICTO, RODRIGUES e PENIDO, 2008) já encontra manifestações em defesa dessa ideia no início do século XX. No entanto o primeiro grande impulso desse direcionamento, aponta De Benedicto, Rodrigues e Penido (2008), deuse após a Primeira Guerra Mundial, onde ainda que não formulado dessa forma, a cooperação entre indústria e sociedade se deu pautada pela necessidade de reconstrução de muitas nações. Nos anos 60 e 70 ganha espaço nos EUA e Europa mas é só nos anos 80 e 90 que ela se torna um tema associado à ética empresarial e qualidade de vida no trabalho.

Pode-se ver como ela se encaixa dentro do modelo político atual, onde o Estado começa a ser substituído por outros agentes políticos. A responsabilidade social surge como uma demanda social por uma resposta das empresas às questões sociais, inserindo-a de forma mais clara nessa arena política.

Autores como De Benedicto, Rodrigues e Penido (2008), Orchis, Yung e Morales (2000), Linhares, Scariot e Canopf (2006), entre outros, tendem a considerar a responsabilidade social em um contínuo onde a tendência é o aumento até o nível em que as empresas incorporem a obrigação com medidas sociais da mesma forma como a obrigação com a sua produção, com a formação de uma cidadania empresarial perene, onde seria possível até mesmo o fim dos lucros como norteador da prática empresarial. No entanto, esta liga a ascensão da atenção dada ao termo a duas características: o aumento da demanda da sociedade por tal ação mediante a incapacidade do poder público de lidar com essa tarefa que seria sua por princípio e o ganho de mercado resultante de tomar atitudes “socialmente responsáveis”.

Essa visão, que pode-se dizer hegemônica dentro da literatura acadêmica de Administração, pode ser associada em suas bases ao pensamento liberal, ao esperar dos

agentes do mercado a resposta para o bem-estar social - evidenciando o ganho mercadológico de adotar medidas associadas à responsabilidade social - e medidas pontuais de distribuição como respostas quando é percebida a incapacidade da justiça de mercado de garantir em determinada conjuntura a estabilidade social.

Existe, no entanto, o contraponto a essa crença na capacidade do mercado de lidar com as demandas sociais. Marx (2006) acredita que a história das sociedades que existiram tem sido a história da luta de classes. Quer dizer, com isso, que desde que foi possível a obtenção do *excedente econômico* a partir do avanço dos modos de produção, uma classe detentora dos meios de produção está em conflito com a classe antagônica. Observa Chauí, sobre a análise de Marx, que tendo

terminado o comunismo primitivo, o equilíbrio entre as forças produtivas e as relações sociais de produção cede lugar à contradição porque começa a haver luta pela apropriação do excedente. Nessa luta, as forças produtivas se desenvolvem ao máximo e fazem explodir as relações sociais de produção. (CHAUÍ, 2006, p. 147)

Marx chega a analisar no *Manifesto Comunista*, apesar de demonstrar depois outras concepções de história em outros textos, que o capitalismo avança nesse “sentido geral” da história ao simplificar essa dualidade em apenas duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Essa visão conflituosa da história mostra que, para o autor, dificilmente a burguesia abdicará de seu posto de superioridade ou dará concessões ao proletariado.

É importante, para uma correta compreensão da visão de Marx, entender que ele analisa a sociedade por uma visão materialista histórico-dialética. O que significa dizer que, para ele, o que rege a ação humana na história são as necessidades materiais, ainda que mediadas por ideologias que, de maneira dialética, se unem na práxis. Nesse sentido ele escreve, na 8ª Tese sobre Feuerbach, que “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis“. Sendo assim, ao estudar qualquer tipo de ação de um grupo social, é necessário entender o *local social* de onde esse grupo fala, sem realizar uma análise das ideias de forma abstrata. Sendo assim, a burguesia, como defensora de sua propriedade dos meios de produção, em conflito com o proletariado, tenderá a exprimir historicamente ideias que sirvam à sua conservação em uma posição de poder.

Decorre dessa questão o que identifica-se como um *dualismo ético*. Ocorre que, em sua prática cotidiana, a empresa, dirigida pela burguesia, utiliza-se do trabalho de indivíduos

da sociedade e de recursos retirados da sociedade para, em contrapartida, produzir *riquezas* para esta. No entanto, quem coordena o que será feito com esses recursos é um grupo pequeno, de *proprietários*. São eles quem definirão o que é produzido de riquezas na sociedade. É provável que esse grupo retorne o que utiliza da sociedade para esta, cumprindo assim um desempenho socialmente esperado em seu papel de produtor de riquezas? E é possível que a responsabilidade social seja a resposta nesse sentido?

Caberia aqui então dar um novo significado ao conceito de empresa citado anteriormente. Até então colocava-se-lhe como uma *produtora social de riquezas*, por seu papel em transformar a natureza em produtos de utilidade para a sociedade, que facilitassem a vida do homem e o transformassem cada vez mais em um *ser social*. No entanto, é possível também que a empresa seja uma *produtora privada de lucro*. Suas ações são voltadas a atender a necessidade de lucro por parte de seus proprietários. Sendo assim, a empresa deixa de ser prioritariamente uma *provedora social*. Nesse sentido, pode-se questionar o quanto essa nova medida realmente corresponde a uma nova ética que coloca as empresas como capazes de modificar a realidade social, ou até que ponto não é motivada e, portanto, limitada pelos interesses de uma classe social que pretende se manter em sua posição de dominação.

2. O tema e o problema

O tema do trabalho foi o estudo da relação, dentro do sistema capitalista, entre as empresas e a sociedade da qual ela faz parte. A problemática que se pretendeu abordar é o surgimento e desenvolvimento do conceito de responsabilidade social em uma sociedade em constante transformação. Procurou-se estudar também as práticas empresariais e a leitura acadêmica que tem se dado ao conceito, buscando dessa forma realizar uma análise histórica que permita contribuir no debate sobre o que ele significa e as suas limitações.

A pergunta que se tenta responder é: o conceito de “responsabilidade social”, que está sendo tão difundido hoje em dia, corresponde a uma nova configuração ética das empresas dentro do capitalismo?

3. Objetivos

O objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão do conceito de “responsabilidade social” e seu significado na sociedade, bem como suas limitações. Busca entender se é, como uma parte da produção acadêmica coloca, o início de uma mudança ética dentro das empresas.

4. Justificativa e relevância da pesquisa

O estudo da relação entre as empresas e a sociedade ganha força a partir do surgimento da sociedade capitalista. Nas sociedades passadas, voltadas majoritariamente a atividades não-mercantis, pouca atenção era prestada a essa problemática.

Atualmente, com o crescimento em importância da empresa, diversos teóricos têm se focado nessa temática e, em grande parte, foram esses estudos que delinearão o conceito de responsabilidade social. No entanto, poucas vezes essas questões são abordadas a partir de uma teoria crítica. Em uma dissertação de mestrado, Monteiro (1997) coloca da seguinte maneira o problema que pretende estudar:

Segundo J. Leplat (apud Fialho & Santos, 1995) ‘o trabalho situa-se ao nível da interação entre o homem e os objetos de sua atividade’. Contudo, observa-se que essa coexistência esperada entre homem e trabalho torna-se vulnerável na medida em que este ocorre em situação incompatível com a existência humana, o que pode gerar disfunções como as L.E.R.s em ambientes de trabalho que exijam movimentos contínuos e repetidos de um determinado membro do corpo humano, além da exigência mental, de tempo e de produtividade.

Seu estudo é sobre as L.E.R.s (lesão por esforço repetitivo), e ao estudá-las ela têm que se confrontar com o fato de que o trabalho analisado, como é feito, é nocivo ao homem. No entanto, em seu texto parece que a situação que faz o trabalho tornar-se “incompatível com a existência humana” simplesmente ocorre, como que fosse algo inevitável ou que não interessa ao estudo.

Admite, em um outro parágrafo, que “é sabido que as mudanças sociais são tendências dinâmicas e constantes, permitindo assim a conscientização de certas disfunções do sistema

organizacional”, mas não se preocupa em entender como ou por que essas disfunções ocorrem e, portanto, em dar respostas de como é possível alterá-las. Presume, portanto, que só é necessário conscientizar as empresas de como evitar a doença estudada, e esperar que em uma das “mudanças sociais”, que são “dinâmicas e constantes” e sobre a qual não se tem controle, ela irá tomar tais medidas. Ignora, portanto, que os diversos avanços da Ergonomia já permitiriam diminuir a ocorrência de tais doenças; ignora também que todo dono de empresa ou gerente sabe que se contratasse dois trabalhadores, em meio turno, para fazer o trabalho feito hoje por um, o problema seria resolvido. Sendo assim, suas conclusões, apesar de válidas, parecem entender o problema de maneira limitada, além de não contribuir para sua resolução efetiva.

Este é somente um exemplo, dos muitos estudos que se propõem a analisar tal ou qual temática relativa ao trabalho e que chegam até certo ponto, mas não avançam a partir dali por não considerarem o problema em uma visão crítica. Não se defende, aqui, que todo trabalho deve conter uma complexa análise estrutural, mas sim que esta deve ser levada em conta com a importância que realmente tem, e os paradigmas teóricos com os quais se vai trabalhar sejam explicitados e influenciem o conjunto das conclusões do trabalho. A relevância dessa pesquisa é exatamente por tentar contribuir para esse estudo estrutural, mostrando sua importância, para avançar na compreensão das disfunções organizacionais e assim ajudar futuras pesquisas mais específicas que possam servir com mais efetividade à sociedade.

Além disso, a pesquisa é também relevante por buscar entender o papel da empresa na sociedade, sugerindo também, se necessário, mudar essa dinâmica da organização. Isso também é um papel da Administração: os administradores devem, e cada vez mais tem havido demanda por isso, refletir sobre sua ação não somente na busca pela máxima eficiência, eficácia e efetividade na ação cotidiana, mas também sobre o impacto social de suas ações.

5. Metodologia

5.1. Delimitação da pesquisa

Antes de iniciar a explicação da proposta metodológica específica da monografia, é necessário entender como o trabalho posiciona o campo de estudo da Administração, posto

que é um contraponto à visão comumente utilizada e posiciona, no geral, o método da pesquisa.

O campo da Administração é, na verdade, pouco delineado e, ainda, há uma dúvida expressa em diversos artigos sobre se, afinal, Administração é uma ciência, uma arte ou somente uma prática profissional técnica. Fava (2008) observa que a ciência explica as coisas através de hipóteses, leis e teorias. Por sua vez, a técnica não explica, apenas transforma de acordo com uma necessidade. A arte não explica e nem procura transformar, apenas procura captar uma realidade.

O autor observa que a arte é extremamente subjetiva e depende do estado de espírito do indivíduo no momento em que a realiza – não é matemática, ou engenharia, é inspiração - e, sendo assim, não pode ser que a Administração corresponda a uma arte. Define, portanto, que o campo de Administração é uma “ciência que estuda as organizações a fim de compreender seu funcionamento, sua evolução e seu comportamento, e a técnica atua como um complemento dessa ciência tão maravilhosa e desafiadora“. Observa que essa ciência foi se formando historicamente aliada à técnica da época em que se dava, recebendo contribuições de diferentes ramos do conhecimento, como a engenharia, psicologia e sociologia.

Motta (1979) também analisa a Administração como ciência e observa que “para que um determinado campo de conhecimentos seja considerado ciência é necessário que tenha um objeto próprio e isso a Administração possui”. Observa, ao analisar o histórico das teorias da Administração, que inicialmente houve um período, onde a Administração Científica foi predominante, em que se buscava dentro dessa ciência um grau de exatidão característico das ciências exatas. Após as críticas da Escola de Relações Humanas aos princípios da Administração Científica “percebeu-se então que a administração não era a ciência pronta de Taylor e Fayol, mas quando muito uma ciência em sua infância” e que “entre as ciências sociais a administração deveria ser considerada como a mais dependente das demais, visto que se usa grandemente da sociologia, da psicologia e da economia”.

Apesar desse rico campo científico, os trabalhos acadêmicos que mais se aproximam do que é comumente considerado como a ciência da Administração são extremamente técnicos, próximos de manuais de conduta para otimização de processos, algo que parece um fardo que nossa ciência traz desde Taylor e a Administração Científica. Chiavenato (2004) qualifica a Administração da seguinte maneira: "A Administração trata do planejamento, da

organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão do trabalho que ocorrem dentro da organização". Essa visão parece reducionista demais, pois não dá resposta as demandas sociais que colocam-se desde sempre para o administrador, e que hoje em dia ainda são mais aparentes. Em nome de uma suposta praticidade – novamente, demonstrando a visão reducionista da uma separação entre teoria e prática –, debates complexos são simplificados ao extremo em manuais cheios de “verdades inquestionáveis”. Essa situação permite, por exemplo, que se gerem as famosas “modas” de Administração, em que uma técnica que dá certo em uma empresa é repetida à exaustão em outras empresas sem uma prévia análise.

Como observa Motta (1979), não se pode descolar uma teoria dos sujeitos que a criam, a partir de suas vivências e possibilidades de apreensão. A formação particular do indivíduo o leva a desenvolver interesses por determinados aspectos da realidade, nos quais ele tenta descrever e explicar. Ainda que seja uma trajetória particular, ela não é a-histórica ou dissociada das influências do meio.

Sendo assim, é necessário entender a vida de Taylor, criado por uma família Quaker e formado em engenharia, para entender a sua visão de organização e sua teoria. Os atores sociais que desenvolvem a ciência e o conteúdo que esta produz guardam entre si uma relação dialética, como observa o autor. Atualmente, a teoria das organizações é escrita em grande parte por pessoas ligadas ao empresariado, o que marca o campo da administração de empresas como majoritário na produção científica². Vale ressaltar também o processo que se inicia após a Segunda Grande Guerra que, segundo Motta (2003), “implica a redução da realidade aos critérios da utilidade e do cálculo”. Observa que nessa passagem tornam-se palavras de ordem dos administradores a “eficácia”, a “produtividade” e o “planejamento”. Nessa nova configuração surge a figura do tecnocrata especialista em métodos quantitativos, que garante a estabilidade da organização e eficácia do sistema. Sob a aparência de progressivos, esses métodos quantitativos de gestão e controle reforçam a manutenção

A capacidade de pensar confunde-se com a de planejar, e se assimila a noção de que sabe pensar aquele que sabe adequar os meios a um fim único. Segundo o autor, torna-se

² No EnANPAD, a comissão organizadora definiu uma divisão fixa para apresentação de trabalhos em 11 áreas, nas quais uma é somente para administração pública e gestão social, uma para ensino e pesquisa em administração e contabilidade, uma para estudos organizacionais, ficando as outras 8 para marketing; gestão de pessoas; gestão de operações e logística; gestão de ciência, tecnologia e inovação; finanças; estratégia em organizações; contabilidade e administração da informação, que em sua maioria estão relacionados a questões relativas ao funcionamento interno cotidiano de empresas e suas possíveis resoluções para o aumento da eficiência destas. A quantidade de trabalho no EnANPAD 2008 dessas últimas 8 divisões ultrapassou quase o dobro do primeiro grupo (623 contra 372).

então hegemônica a razão instrumental, “que pressupõe a desvalorização do pensamento ético e da ação afetiva”. Essa razão pode nos ajudar a compreender a visão de administração proposta por Chiavenato (2004), de foco em um aumento de produtividade considerando o sistema como um modelo matemático dado, algo que não é necessariamente uma marca da ciência da administração se for considerada historicamente³. Observa Motta (2003) que o compromisso com a razão instrumental permeia a produção intelectual da teoria das organizações, levando-a a um falso pragmatismo. Aponta que “com efeito, na ânsia de oferecer soluções aos problemas organizacionais, descuida-se do essencial desses problemas, a saber, a sua razão de ser”

Em lugar desse tipo de ciência, propõe-se nesse trabalho uma visão da Administração com função social, preocupada, em sua relação com as organizações de nossa sociedade (entre elas as empresas), com seus objetivos e a relação com as demais instituições sociais. O mesmo caminho tem sido seguido já por diversos teóricos, em uma teoria mais crítica, com uma considerável produção acadêmica nesse aspecto – podemos citar, entre outros, Ventura e Vieira (2006) e Martins e Silva (2008). Observa Guerreiro Ramos (apud MOTTA, 2003) que não há dúvida de que a teoria das organizações está em busca de uma nova formulação. Motta (2003) observa que a questão sobre a teoria das organizações está “na questão de servir à coletividade que compõe a organização ou apenas a um aparato burocrático que, em muitos sentidos, vive dessa coletividade”

Considerou-se na pesquisa o processo de gênese e desenvolvimento do conceito de responsabilidade social, entendendo as empresas como um conjunto dentro do arranjo da sociedade, uma instituição social. Não se pretende descer aos pormenores da relação de cada um dos indivíduos com a empresa, ou de cada empresa em si, algo que pode ser aprofundado em futuras pesquisas. Não se desejará abordar, portanto, fenômenos como a alienação do trabalhador, a identidade fragmentada da sociedade pós-moderna ou mesmo fenômenos patológicos como o stress. Entende-se, no entanto, que essa pesquisa poderá contribuir para essas questões.

³ Motta (2003) observa precursores da ciência da administração entre os socialistas utópicos, como Charles Fourier, Robert Owen e Louis Blanc, que faziam uma discussão da empresa frente à discussão geral da organização social do trabalho. Apesar de ainda ser minoritário, não podemos deixar de notar que os trabalhos referenciando a empresa à sociedade têm aumentado, principalmente com a influência de teorias que fortalecem essa tendência com a visão da empresa como parte de um sistema mais amplo, como a escola estruturalista e o neo-institucionalismo.

5.2 Levantamento e análise de dados

Realizou-se a pesquisa mediante o levantamento de bibliografia sobre o processo de responsabilidade social contida em artigos e livros, e também nas informações sobre projetos de responsabilidade social disponibilizada pelas empresas. Serão também levantadas informações sobre o neoliberalismo e globalização.

Os resultados foram categorizados, buscando-se assim formar um quadro geral que indique um histórico da responsabilidade social do período, com maior foco a partir do período de sua popularização, nos anos 1970, até os dias atuais, correlacionando-o ao avanço do processo do neoliberalismo e globalização.

Após, foi feita uma análise desse processo. Somará-se a revisão de diversos artigos que empreendem um esforço de estudo sobre o tema como forma de mostrar as diversas argumentações sobre este.

Foi então realizada a conclusão do texto, sintetizando os dados obtidos com a revisão teórica, buscando então contribuir para a compreensão da função da responsabilidade social para as empresas e sociedade considerando-se a conjuntura atual.

6. Referencial teórico

6.1. Neoliberalismo e novos sujeitos sociais

6.1.1. Neoliberalismo e a questão distributiva

Drucker (1999) observa que “nenhum século da história humana passou por tantas transformações sociais radicais como o século XX”. No final do século XX, observa-se um retorno à lógica do liberalismo, após um tempo onde predominou o que Lévy e Duménil (2007) chamaram de compromisso keynesiano, devido à forte influência de Keynes.. Anderson (1998), localiza a criação do neoliberalismo

logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão , de Friedrich Hayek,

escrito já em 1944. (ANDERSON, 1998, p. 9)

Hayek (1977), em seu livro, admite a reedição dos pressupostos liberais, ainda que não claramente, quando aponta que “o princípio orientador - o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso - permanece tão verdadeiro hoje como no século XIX”. Aponta os seus escritos como um reencontro com as “ideias do século XIX ou o princípio do laissez-faire.”

Lévy e Duménil (2007) localizam cronologicamente que esse processo encontrou maior efetividade no final dos anos 80, a partir da política econômica dos EUA. Anderson (1998) observa, de forma semelhante, que

a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1998, p. 10)

Entre as características dessa nova doutrina, segundo Dias (1999) estão o “repúdio a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade”. Coloca o mercado como um sistema único de informação, e a intervenção do Estado seria má porque “faz com que a rede de informações do sistema de preços emita sinais enganadores, além de reduzir o escopo da experimentação econômica”. Além disso, compara o Estado-providência com Estados autoritários, que destroem a liberdade dos cidadãos e a competição criadora, bases da prosperidade humana.

A filosofia neoliberal entende o sentimento de liberdade, tido como um valor em absoluto, como direito natural e como necessário norteador da atividade humana – nesse aspecto, uma análise idealista, ou seja, de que as ideias direcionam os homens em suas ações históricas. Transformam, assim, o mercado como a forma natural de troca e solidariedade entre os seres humanos, se aproximando novamente das análises de Adam Smith. Friedman (1977) identifica suas ideias com o liberalismo, e defende o termo no que entende ser seu “sentido original”: “o de doutrinas que dizem respeito ao homem livre”. Ainda é possível identificar os preceitos do neoliberalismo quando este diz que “fica bem claro como uma sociedade capitalista de mercado livre preserva a liberdade”.

Quanto ao objetivo do governo, Friedman acredita que este deve ser limitado. Aponta que sua

principal função deve ser proteger nossa liberdade contra os

inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos (FRIEDMAN, 1977, p. 12)

Dias (1999) observa como características culturais da implantação do neoliberalismo em nossos tempos, entre outros, o “mito da mobilidade pelo esforço pessoal” e as “generosidades da livre empresa” além do “direito à diferenciação; a liberdade como valor máximo, embora como autodisciplina; e uma solidariedade não problemática para aqueles que não são beneficiados pelo mercado”.

Pode-se perceber que essas novas características apontam para uma volta a várias premissas liberais. Dentro desse sistema, o Estado é visto como burocrático, incapaz de tomar decisões e como um impedimento da plena realização da liberdade. Suas funções devem ser somente a de garantir a implementação da justiça de mercado, garantindo as leis e a propriedade.

Verburg aponta sobre o liberalismo clássico, segundo Gandra, que

Smith enfatizava a justiça comutativa e achava justificável a indiferença de David Hume quanto à questão distributiva, pois, uma vez que houvesse viabilidade da liberdade comercial, os resultados distributivos tenderiam a aparecer. Sendo dependente e fazendo demandas por regras de justiça comutativa, um sistema de liberdade natural gerará resultados distributivos benéficos. (VERBURG apud GANDRA, 2005, p. 167)

Smith atribui portanto uma capacidade da justiça comutativa, ou seja, do mercado, de assumir a responsabilidade pela questão distributiva, premissa retomada também pelo neoliberalismo. É quanto fala sobre os salários, na *Riqueza das Nações*, que Adam Smith focará sobre o bem-estar social. Segundo Kerstenetzky (2006), Smith em seu livro defende a necessidade de que o salário pago seja suficiente para a garantia da sobrevivência do trabalhador, para que ele continue produtivo:

Não resta dúvida de que uma fartura um pouco maior do que a comum pode tornar preguiçosos certos empregados; mas, não parece provável que possa ter este efeito sobre a maioria deles, ou que as pessoas geralmente trabalham melhor quando mal alimentadas, quando estão desanimadas, do que quando estão em boa forma, quando estão frequentemente doentes do que quando gozam de boa saúde. (SMITH apud KERSTENETZKY, 2006, p. 423)

O autor argumenta também sobre a maior operosidade dos trabalhadores quando seus salários são compatíveis com o crescimento econômico da nação. Percebe-se, portanto, que há uma correlação entre o aumento da riqueza de uma nação e o repasse ao salário dos

funcionários que, apesar de continuarem em situação de desigualdade, experimentarão um aumento do nível de vida nesses casos.

a condição dos trabalhadores pobres parece ser a mais feliz e a mais tranquila no estado de progresso, em que a sociedade avança para maior riqueza, e não no estado em que já conseguiu sua plena riqueza. A condição dos trabalhadores pobres é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação. O estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais (...). (SMITH apud KERSTENETZKY, 2006, p. 421)

Smith admite, no entanto, em algum caso a intervenção fora do mercado para aumento da distribuição de riquezas. Seria quando a estabilidade do sistema estivesse ameaçada pela grande desigualdade social, e nesse caso o Estado deveria colocar em prática seu papel de defensor das leis e propriedade através de uma ação para aumento da justiça distributiva. Gandra (2005), aponta que a violência gerada pela desigualdade “geraria uma instabilidade política; a ineficácia do governo de proteger o rico contra o pobre, ou de proteger a propriedade privada, acabaria por suplantar a estabilidade da ordem social“. A justiça distributiva de colocaria a frente da comutativa “em caso de violência (causada pela opressão) e em caso de fome (causada por motivo de qualquer outra natureza)”.

Se o liberalismo ainda demonstra esses poucos casos de exceção onde o Estado deve intervir e a justiça distributiva deve prevalecer em relação à comutativa, no neoliberalismo não há qualquer indicação nesse sentido. Friedman (1977) aponta justamente no sentido contrário, ao fazer um balanço negativo da leitura do liberalismo e defender um retorno às origens do liberalismo, após observar que

A partir do fim do século XIX e, especialmente depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a ser associado a pontos de vista bem diferentes, especialmente em termos de política econômica. Passou, assim, a ser associado à predisposição de contar, principalmente, com o Estado - Em vez de providências privadas voluntárias - para alcançar objetivos considerados desejados. As palavras-chave eram agora bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. (FRIEDMAN, 1977, p. 14)

Portanto, Friedman coloca uma contraposição entre as metas liberdade x bem-estar e igualdade, se posicionando claramente em favor da primeira. Essa nova etapa do desenvolvimento da sociedade também envolve o Brasil e a produção acadêmica brasileira. Para Lima (2002) “(...) o modelo econômico de cunho neoliberal leva o Estado a uma crise de identidade profunda, com discussões e questionamentos sobre seu papel e sua amplitude. Vê-

se a decadência do Estado-providência e do Estado do bem-estar social (welfare state)”.

Para entender as razões disso, é preciso compreender a doutrina neoliberal à luz do processo de globalização, como observam Carcanholo e Baruco:

o neoliberalismo (...) parte da afirmação que a sociedade viveria uma nova era. Este novo mundo, sob a denominação de globalização, seria caracterizado pelo aumento no fluxo internacional de bens e serviços (globalização comercial), expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, afirmação de uma nova (a terceira) revolução tecnológica (estes dois últimos aspectos conformariam a globalização produtiva), e a maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira). (CARCANHOLO e BARUCO, 2008, p.11)

Como será visto adiante, essa conjuntura dá uma nova escala para os problemas de mercado e intervenção do Estado, e faz com que a fuga de capitais dos países pobres para as matrizes das grandes empresas, que se localizam nos países ricos, seja muito alta e portanto o nível de progresso da nação produtora das riquezas precise ser problematizado. Esse processo inclusive coloca marcos diferenciados para a intensidade da política neoliberal na arena mundial, como pode-se ver hoje nas medidas protecionistas tomadas pelos EUA, ao mesmo tempo que este é o maior impulsionador da adoção da abertura de mercados no resto do mundo.

6.1.2. Globalização e imperialismo

Com a vinda da era da informação, exemplificadas pela massificação da internet e outras redes de informação, seu impacto é sentido em toda a cultura mundial. Ianni (1997), chama ao processo cultural gerado por essa redução de distâncias de *globalismo*, e o qualifica da seguinte maneira:

O globalismo pode ser visto como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores. Juntamente com as peculiaridades de cada coletividade, nação ou nacionalidade, com as suas tradições ou identidades, manifestam-se as configurações e os movimentos do globalismo. São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da

sociedade global. (IANNI, 1997, p. 183)

Kunsch (2006) observa sobre a mudança nas ações dos diferentes atores sociais nesse processo:

Se os Estados-nação em desenvolvimento podem participar dos organismos internacionais e de blocos regionais, graças à globalização, por outro lado estão sujeitos à pressão e ao poder das grandes empresas transnacionais, dos grupos financeiros de capital volátil e do G7 – grupo dos países ricos – e dos organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, OMC), que estão sempre procurando suplantá-los e impor-lhe as regras do jogo. (KUNSCH, 2006, p. 2)

A globalização, portanto, pode ser considerada como uma grande rede social global que coloca em discussão diversos aspectos do Estado-nação. Essa nova configuração está relacionada a uma desregulamentação dos mercados e a configuração de novos agentes supranacionais como mediadores. Nessa conjuntura há uma grande pressão nas relações internacionais para a dominação de um bloco econômico sobre o outro. Kunsch (2006) aponta um conflito de parte da sociedade com essa forma de globalização:

Se observarmos os acontecimentos que ocorrem em nível global, como as reuniões da OMC – Organização Mundial do Comércio dos últimos anos e do Fórum Econômico Mundial (Davos, Suíça), veremos, por outro lado, que há um contraponto, por meio das manifestações da sociedade civil organizada contrárias à globalização autoritária defendida pelos grupos hegemônicos. Um exemplo ilustrativo, como ponto de partida da atuação desses movimentos sociais, foi o que sucedeu na reunião da OMC em Seattle (1999), nos Estados Unidos. O Fórum Mundial Social, que teve as suas primeiras realizações, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, é um exemplo do esforço social para se buscarem novas alternativas frente ao poder da globalização econômica. (KUNSCH, 2006, p.2)

A sociedade civil organizada tenta também dar uma resposta global, o que demonstra uma tentativa rumo a uma perspectiva mais ampla para a cidadania:

Esses encontros organizados denotam novas formas de cidadania em construção – a cidadania planetária, preconizada pelos movimentos da sociedade civil global. São novas manifestações no espaço público, que ganham destaque na mídia. Defendem interesses específicos, como agentes atuantes de uma sociedade civil mais organizada, e agem como sujeitos numa perspectiva global (KUNSCH, 2006, p.2)

No entanto, em contraponto a essa visão, é importante destacar os movimentos anti-

imigração, na Europa e no mundo todo, mostrando que há uma diferença entre o livre tráfego de mercadorias e o livre tráfego de pessoas. Há diferença na influência da globalização nas relações econômicas e nas sociais, como aponta Silva:

O termo-conceito globalização, emanado da economia, seduz por sua capacidade de descrever os novos arranjos empresariais e os efeitos político-econômicos das inovações tecnológicas. Entretanto, dificilmente supre a atual carência de conceitos referidos às relações sociais propriamente ditas; relações, sem dúvida, alteradas pelas frentes técnicas impulsionadas pela reorganização das formas de produzir e pela vigilância estratégica das tendências de consumo (SILVA, apud RIBEIRO, 1997, p. 483)

Segundo Netto e Braz (2007), esse processo de dominação nas relações internacionais faz parte de uma série de transformações do capitalismo em ação desde os últimos trinta anos do século XIX, apesar de ganhar um novo espaço com a época atual:

*o sistema capitalista vinha experimentando, desde os últimos trinta anos do século XIX, uma série de substantivas transformações. Nenhuma delas lhe retirava a sua estrutura essencial; mas todas confluíam para configurar um novo estágio na história do capitalismo, a que se denominou **imperialismo** (NETTO e BRAZ, 2007, p. 168)*

Observam os autores que esse processo, apesar de levar a uma comunhão de culturas e economias que poderia ser entendida como uma democratização dessas, na verdade só tende a concentrar ainda mais o capital, aumentando sua abrangência de exploração. São características da fase imperialista

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN apud NETTO e BRAZ, 2007, p. 180)

O imperialismo, situado dentro do avanço neoliberal, permite a intervenção de grandes conglomerados empresariais, principalmente dos países ricos, que aproveitando-se da desregulamentação de mercados e dos espaços criados pela globalização, ganham uma nova escala para a sua atuação. A exploração de uma nação sobre a outra faz com que os conceitos

dos liberais clássicos sobre a distribuição de riquezas de uma nação precise ser revisto, tendo em vista as fugas de capital.

Essa nova configuração torna também a capacidade de intervenção dos Estados nacionais dos países chamados “em desenvolvimento” muito mais limitada, presos à dependência aos países mais ricos e a uma rede social onde atuam organizações supranacionais, por vezes, mas nem sempre, compostas por esses Estados ou pelo poder público e que podem servir como mais uma forma de intervenção a favor dos países mais ricos. Aliados a esse processo, há uma complexificação da sociedade civil, suas demandas e forma de manifestação, construindo novas arenas de intervenção social.

6.1.3. A sociedade civil e as novas arenas políticas

A conjuntura descrita nas seções anteriores mostra uma nova situação mundial, onde grandes entidades mundiais influenciam as nações, e o Estado-nação encontra-se com uma independência diminuída frente ao cenário global. Ribeiro (1997) observa que esse cenário está relacionado à “construção de novas institucionalidades (na escala mundo) que, em seu processo de afirmação, necessitam da revisão do papel exercido por anteriores instâncias políticas, tais como o Estado.”

Nesse cenário de redefinição do papel governamental, tem centralidade o conceito de *sociedade civil*, muito utilizado nas discussões sobre essa nova conjuntura para se contrapor ao Estado. O conceito de sociedade civil comumente usado pode ser sistematizado como um simples "momento oposto ao Estado, sem qualquer liame ou intercâmbio conformativo que não seja dado a posteriori, isto é, apenas como decorrência de seu confronto" (LAVALLE, 1999).

A maneira como é vista a relação da a sociedade civil com o Estado, o que é intrínseco ao seu próprio conceito e definição , tem consequências diversas, como observa Nogueira (2003). Na compreensão mais comum dela

o mercado comanda: a luta social faz-se em termos competitivos e privados, sem maiores interferências públicas ou estatais. Sua expressão poderia estar numa fórmula oposta à de Gramsci: SC [sociedade civil] + Mercado = Estado, ou seja, o Estado mostra-se como o outro lado tanto do mercado e da sociedade civil, como de eventuais alianças ou combinações entre eles. Numa variante

atenuada, de tipo liberal-social, essa sociedade civil vê-se como um 'setor público não-estatal', palco de organizações que são 'públicas' porque estão voltadas para o interesse geral, mas que são 'não-estatais' porque estão soltas do aparelho de Estado (BRESSER-PEREIRA e CUNILL GRAU, 1999, apud NOGUEIRA, 2003, p. 192).

O autor chama a sociedade civil nessa leitura de *sociedade civil liberista* e nela a sociedade civil é pré-estatal ou infra-estatal, e nela se busca compensar os problemas da burocracia estatal e do mercado com o associativismo cultural. É um espaço “a partir do qual se pode ferir ou hostilizar os governos, mas de onde não se estruturam governos alternativos ou movimentos de recomposição social”.

Nessa visão, os atores todos atuam em questões para maximizar seu próprio interesse, se organizando de modo restrito. Está incluída a visão do Estado mínimo, “reduzido às funções de guarda da lei e segurança” (NOGUEIRA, 2003). Como pode-se perceber, as características dessa visão estão muito ligadas às características neoliberais.

Um exemplo dessa leitura pode ser visto em Araújo, Moreira e Assis (2005). Para os autores, as teorias do Estado mínimo valorizariam o papel da sociedade civil na resolução das mazelas sociais. Explicam que “O 1º Setor é representado pelo Estado (governo), o 2º Setor pelo Mercado (empresas privadas) e o 3º pela Esfera Pública”, que entendem ser a sociedade civil organizada em ONG's e entidades filantrópicas. Apontam então categoricamente que a “responsabilidade pelo desenvolvimento social migra do 1º Setor para o 2º e 3º, Mercado e Sociedade civil.”

Nogueira (2003) observa que essa leitura influencia a forma como encarar-se-ão as Organizações Não-Governamentais, pois

ao passo que o movimento progressista tenderá a ver o "Terceiro Setor" como arena de ações cívicas alternativas e/ou de operações anti-sistêmicas mais ou menos radicais (Fernandes, 1994; Ioshpe, 1997; Vieira, 2001), a cultura neoliberal não se cansará de saudá-lo como instância capacitada para "substituir" o Estado, trocando as ações públicas permanentes e gerais por iniciativas tópicas ou locais não necessariamente coordenadas, tendo em vista uma gradual eliminação da responsabilidade estatal para com a questão social (NOGUEIRA, 2003, p. 193)

Contrapõe-se a essa visão a de Antonio Gramsci, onde não há a distância entre Estado e sociedade civil + mercado colocada pela *sociedade civil liberista*. O Estado, para Gramsci, é composto por sociedade política e sociedade civil. A primeira corresponde às funções

coercitivas do Estado e ao aparelho de governo propriamente dito. A segunda corresponde, segundo Nogueira, ao

campo mesmo dos esforços sociais dedicados a organizar politicamente os interesses de classe - constantemente fracionados pela própria dinâmica do capitalismo -, cimentá-los entre si e projetá-los em termos de ação hegemônica. (NOGUEIRA, 2003, p. 190)

Ou seja, corresponde ao todo de espaços organizativos fora do governo que se propõem a fazer uma atuação organizada. A sociedade política prevaleceu pelos primeiros anos do sistema capitalista, onde a coerção era dominante. No entanto, como observa Nogueira

Com o Estado reforçado conectando-se com múltiplas associações particulares e incorporando-as a si, todo o espaço estatal ganhava nova qualidade e o fato mesmo da dominação política era redefinido: a coerção - 'monopólio legítimo da violência' (Weber), ação típica do Estado visto como 'sociedade política' - tinha de ser cada vez mais sintonizada com a busca de consensos. (NOGUEIRA, 2003, p. 190)

O Estado "tem e pede o consenso, mas também 'educa' esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente" (GRAMSCI, 2000).

Em um processo de desenvolvimento semelhante, a “sociedade civil” de Gramsci também cresce com a complexificação da sociedade, no entanto esse crescimento não se dá em contradição ao Estado. Nogueira (2003) observa que “a sociedade civil gramsciana não se sustenta fora do campo do Estado e muito menos em oposição dicotômica ao Estado. Ela é uma figura do Estado”.

O processo de ampliação dos espaços políticos da sociedade civil não é, portanto, um processo específico da dinâmica neoliberal. No entanto, ele tem sido apropriado nesse sentido, como se o avanço da organização da sociedade fora do aparelho governamental se desse, por essência, no caminho para o fim do Estado, mesclando os dois processos em um só. Dessa forma pode-se controlar boa parte do conteúdo político do processo.

Ribeiro (1997) observa sobre essa nova conjuntura, surgida com o avanço da sociedade civil e a propagação do Estado mínimo, que

nessa revisão, convivem aspectos positivos (por exemplo, quebra de formas tradicionais de manipulação política por interesses que privatizam aparatos políticos nacionais) e negativos (por exemplo, destruição de instituições políticas responsáveis pela implementação

de direitos sociais) (RIBEIRO, 1997, p. 483)

Esse novo cenário abre espaço para novas arenas políticas, que redefinem instituições e desafiam a democracia, ao mesmo tempo em que desafiam acomodações políticas retrógradas. Segundo Ribeiro (1997), “modificando as formas organizacionais de sustentação de atores políticos e práticas tradicionais de mobilização e reivindicação”. A modificação de sujeitos políticos levam a um “risco de enrijecimento e envelhecimento do Estado – como instituição reguladora e satisfação de necessidades sociais presentes e futuras”. Essa possibilidade é ainda mais observável se comparada à experiência transnacional de outras instituições sociais, como igrejas, ONG's e empresas. Essas organizações, mais adaptadas ao modelo dinâmico e globalizado dos tempos atuais, conseguem intervir de maneira mais precisa na vida global. No entanto, observa Ribeiro (1997) que

limites jurídicos, garantidores do controle social sobre o aparelho de governo e portanto essenciais à democracia, chocam-se com a agilidade de outros atores e interesses presentes nas novas arenas políticas abertas pela intensificação das interações econômicas e técnicas na escala-mundo. (RIBEIRO, 1997. p. 489)

Ainda que haja manifestações de consumidores em relação ao boicote de determinados produtos e alguma ação ativa nesse sentido, representando uma forma de reivindicação nessas novas arenas, o interesse coletivo fica em conflito com essas novas formas de atuação que “muitas vezes em nome da defesa do lugar e da vida local, impõem comportamentos e soluções empobrecedoras para as políticas públicas” (RIBEIRO et al, 1995).

A responsabilidade social se encaixa nessa nova forma de atuação, onde há o deslocamento de uma problemática para sua uma arena onde os atores políticos encontram-se fora do controle democrático, resultado de um esvaziamento das instâncias político-institucionais “indispensáveis ao tratamento de conflitos de interesse” (RIBEIRO, 1997). Essas novas alianças, porém, podem “ser lidas através de seu apoio ao fortalecimento da institucionalidade democrática, desde que voltadas à defesa de modos de vida, diferenças culturais e direitos em espaços institucionais”. Ou seja, é necessário que essas arenas voltem-se ao interesse coletivo, em primeiro lugar, mas essa configuração pode também ser utilizada de forma a que essas arenas sejam apropriadas para interesses privados, perpetuando um processo cíclico de exploração.

Uma nova arena que surge nessa época é a da questão social, onde está inserido o

Terceiro Setor e a responsabilidade social. Tomando-se a questão em termos ideológicos, é possível dizer que com a responsabilidade social a empresa deixa de atuar somente no terreno produtivo para atuar também no terreno moral, através da ideologia, propagada por mídias específicas e eventualmente reforçada pela produção acadêmica. A empresa “cidadã” poderia garantir a confiança e a aparente efetividade da economia de mercado, assim fortalecendo a suposta estabilidade do sistema. Isso explicaria, por exemplo, o motivo de algumas vezes as atividades de responsabilidade social das empresas privadas serem financiadas com isenção de impostos do dinheiro público⁴.

Esse papel ideológico cumprido pela teoria das organizações pôde ser observado por Motta (2003) em outro momento histórico. Aponta o autor que ocorreu mudança qualificada da teoria organizacional com o desenvolvimento do conceito de sistema, vindo paulatinamente do estruturalismo, entendido como “conjunto de elementos organicamente relacionados numa determinada configuração, de modo que o todo se revela como maior do que a soma das partes”. Todavia, observa, a valorização teórica da mudança no relativo à análise organizacional, influenciada pelos conflitos sociais principalmente dos anos 1960, escondeu a manutenção das estruturas de poder:

Assim, se é verdade que o capitalismo se burocratizou, não é menos verdade que continuou capitalismo. O mundo da mercadoria e a lógica do dinheiro que o caracterizam são, na verdade, cada vez mais fortes. O sistema capitalista modifica-se através de sua reprodução ampliada. Em nível ideológico, as duas coisas são ocultadas, isto é, oculta-se a manutenção de um mesmo sistema valorizando-se a mudança, e oculta-se sua reprodução ampliada valorizando-se a estabilidade (MOTTA, 2003, p. 85)

A operação lógica dessa falsificação estaria presente no processo de equilíbrio dinâmico desenvolvido pela abordagem sistêmica das organizações, segundo a qual “os sistemas abertos como as organizações mantêm seu caráter básico, isto é, sua estabilidade, via expansão, o que implica níveis diferentes de equilíbrio, ou mudar para de fato não mudar” (KATZ e KAHN, apud MOTTA, 2003)

⁴ Fernando Mânica, Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Terceiro Setor e Responsabilidade Social do Paraná (NEPETS - UTP) e Mestre em Direito do Estado pela UFPR e Pós-graduado em Direito do Terceiro Setor pela FGV-SP observa, em entrevista, que “Existem leis que oferecem uma série de benefícios fiscais às empresas que atuam na área social. (...)”

O investimento social privado, desde que planejado e com acompanhamento técnico, pode ser realizado com a utilização de incentivo fiscal. Existe a necessidade de que se ampliem os mecanismos de incentivo, mas eu diria que antes disso, seria um grande avanço se as empresas conhecessem aqueles já existentes. Há uma vasta gama de possibilidades de incentivo fiscal desconhecida por muitas empresas“. <Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=382>. Acesso em 2 set 2009.

No caso estudado por Motta, pode-se ver como a teoria das organizações e sua produção (entre as quais inclui-se a responsabilidade social) pode ser usada de forma ideologizada para a manutenção do *status quo*.

6.2. As organizações e a empresa capitalista

6.2.1 Um histórico da teoria das organizações

Como não há um completo consenso quanto à escrita do histórico das teorias das organizações, será utilizada no histórico desse capítulo a divisão proposta por Motta (1979), por parecer a mais adequada para o aporte que pretende-se obter nesse trabalho.

Para Motta (2003), “a teoria da administração tem suas origens na preocupação com a produtividade, dominante a partir da Revolução Industrial”. O autor coloca como precursores da ciência da administração propriamente dita autores como:

- Morelly, que por volta de 1755 publica *Código na Natureza*, no qual propugna a formação e treinamento do trabalhador;
- Conde de Saint-Simon, que é em grande medida um precursor do planejamento e da racionalização do trabalho;
- Chales Fourier, que entendia que a sociedade deveria ser reconstruída, adaptando as ocupações às inclinações e capacidades, e o trabalho deveria se transformar em fonte de prazer, pois dessa forma o trabalho digno e atrativo levaria ao aumento da produção;
- Robert Owen, industrial que era um precursor da racionalização do trabalho e da sociedade, partindo do pressuposto de que o caráter do homem é pré-fabricado em parte pelos seus predecessores, mas que a natureza humana podia ser facilmente treinada e dirigida. Owen era um industrial e, nas fábricas que dirigia, forneceu uma série de benefícios a seus trabalhadores, como a redução de jornada de trabalho, suprimir os castigos e abolir do trabalho de menores de dez anos.
- Louis Blanc, que imaginava que se poderia construir uma sociedade igualitária a partir do Estado, que poderia promover reformar sociais. O Estado criaria as “oficinas nacionais”, que seriam em longo prazo dirigida pelos próprios trabalhadores.

Apesar desses autores, é só a partir da Escola Clássica de Administração, que tem como seus expoentes Taylor, Fayol, Gulick, Urwick, Gantt e Gilbreth, que a teoria da administração é de fato inaugurada como doutrina. Destes, o mais destacado na questão da produtividade foi Taylor, com seu livro *Os Princípios da Administração Científica*, de 1911. A tese básica da escola, segundo Motta (2003), é que alguém “será um bom administrador à medida que planejar cuidadosamente todos os seus passos, organizar e coordenar as atividades de seus subordinados e comandas e controlar o seu desempenho.”. Segundo Chiavenato (2004), Fayol define o ato de administrar como “prever, organizar, comandar, controlar, coordenar”.

A Escola Clássica vem no sentido de operar a divisão do trabalho entre supervisão e operação. Caberia a alguns homens escolhidos definir o processo produtivo a partir das premissas da Administração Científica, e à grande massa de trabalhadores trabalhar somente em uma mesma função, reduzida ao máximo para aumentar a produtividade e os tornando descartáveis, principalmente com o avanço da tecnologia. A alienação do trabalhador em relação ao processo produtivo é, nesse caso, evidente. Observa Robert Linhart (apud MOTTA, 2003) que “o taylorismo tem por função essencial passar, para a direção capitalista do processo de trabalho, os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, que, de fato, até então, eram monopolizados pelos operários”.

Apesar disso, é importante observar que a Administração Científica não reconhece uma dicotomia capital-trabalho: para Taylor, segundo Motta (2003), o sistema tenderia a se harmonizar, pois o sucesso da empresa seria o sucesso do trabalhador. O sistema de autoridade na indústria, por sua vez, decorre de um imperativo técnico. No pensamento de Taylor, não há lugar para tensões. Apesar disso, segundo Motta (2003) a implantação do Taylorismo nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo, só foi possível devido à debilidade dos sindicatos na época e à grande massa de desempregados oriundos da destruição das formas tradicionais de organização dos produtores e da vinda de trabalhadores trazidos de fazendas arruinadas, que se transformam em mão-de-obra assalariada.

Algumas ideias centrais do movimento da Administração Científica, segundo Motta (1979) são: o *homo economicus* (ideia de que o homem é um ser racional que irá escolher sempre a melhor alternativa e maximizar o resultado da decisão. Para essa escola, ele o fará em termos de lucro, sendo, portanto, os valores do homem tidos, previamente, como econômicos); a produção-padrão (ideia de que a função primordial do administrador é

determinar a única maneira certa de executar um trabalho que, se descoberta e adotada, maximizará a eficiência do trabalho) e o incentivo monetário, decorrência das duas outras visões.

A partir das críticas ao modelo taylorista por sua proposta de supervisão e sua visão de *homo economicus*, surge a Escola das Relações Humanas. Foram expoentes dessa Escola Mary Parker Follet, que observou três métodos de solução do conflito industrial (método da força, da barganha e da integração) e George Elton Mayo, que com sua pesquisa de campo na Western Electric mostrou os efeitos de estímulos sociais na produtividade.

A principal contribuição dessa escola consiste em mostrar que não é só o sentimento econômico que move os trabalhadores, mas também necessidades sociais – pressuposto chamado de *homo social*. Igualmente, torna-se necessário que haja o reconhecimento e utilização dos grupos informais com o objetivo de aumentar a produtividade. Por último, é necessária a participação nas decisões que desse origem à tarefa que deveria executar. No entanto, essa participação não era sem restrições: observa Motta (1979) que “acreditava-se que a amplitude de tal participação devesse variar de acordo com a situação e com o padrão de liderança adotado”.

Como na Escola Clássica, Mayo não via dicotomia entre capital-trabalho: “para Mayo, a dicotomia indivíduo-organização só poderia existir como parte de uma situação de anomia, já que aquele concordaria naturalmente com esta” (MOTTA, 1979).

As críticas a essa Escola são feitas principalmente pelos estruturalistas, ao observar que a Escola de Relações Humanas tende a concentrar-se em um campo muito pequeno de variáveis e estudá-las sem levar em conta as demais.

O behaviorismo, que é em parte um segundo estágio da Escola de Relações Humanas, segundo Motta (1979), surge a partir de meados de 1945 tendo como grande importância o rompimento com os enfoques prescritivos ingênuos das escolas de administração científica e relações humanas. Observa Motta (2003) que nessa época marca-se a transição da teoria da administração para a teoria das organizações, isto é, “a tentativa de estudar o sistema social em que a administração se exerce, com vistas à sua maior eficiência, em face das determinações estruturais e comportamentais”.

As ideias centrais do behaviorismo são o homem administrativo (um estereótipo que se coloca entre o *homo economicus* e o *homo social*, dotado de racionalidade limitada por processos cognitivos), o foco para a tomada de decisão, já que até então toda a atenção era

dada às ações e o estudo da autoridade.

Quanto à relação indivíduo-organização, os behavioristas veem a organização como um sistema cooperativo racional. Observa Motta (1979) que

A consideração das razões que levam os indivíduos a cooperar, levamos a considerar o equilíbrio uma característica importante da organização, merecedora de muita atenção dos behavioristas, que em última análise veem a organização como um sistema equilibrado, que recebe contribuições sob a forma de dinheiro ou trabalho e, em troca, oferece alicientes. (MOTTA, 1979, p. 48)

O estruturalismo é a escola que inicia a olhar não só para dentro da empresa, mas também para a relação da empresa e também outras organizações com a sociedade e com o indivíduo. Os estruturalistas veem a organização como um sistema em constante relação de intercâmbio com seu ambiente. Uma grande contribuição que ela fornece à teoria das organizações é colocar em voga a questão do poder dentro das organizações, e sistematizá-las a partir de esquemas gerais. Essa escola sofre influência de vários sociólogos, como Max Weber e Karl Marx.

Suas ideias centrais são o homem organizacional (o homem visto como ser social, participante de várias organizações, com papéis sociais que variam, em constante processo de socialização e diferenciação), os conflitos inevitáveis, sendo esta a primeira escola a não negar os conflitos, muito pelo contrário, os aceitando como forma de desenvolvimento social. O conformismo exigido das organizações, as normas destas exigindo para amenizar conflitos, os conflitos inerentes ao modo de produção, tudo é considerado como algo que não pode ser ignorado e, muito pelo contrário, deve ser objeto de estudo. Blau e Scott (apud Motta, 1979) observam que o “desenvolvimento organizacional é um processo essencialmente dialético”. A última ideia central são os incentivos mistos, admitindo que tanto os incentivos e recompensar psicossociais quanto os materiais devem ser analisados, tanto quanto sua influência mútua.

Influenciado pelo estruturalismo surgiu, em seguida, a teoria dos sistemas abertos. Seus pressupostos, segundo von Bertalanffy (apud Motta, 1979) são:

- há uma tendência para a integração nas várias ciências naturais e sociais
- tal integração parece orientar-se para uma teoria dos sistemas;
- essa teoria pode ser um meio importante de objetivas os campos não-físicos do conhecimento científico, especialmente nas ciências sociais;
- desenvolvendo princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências, essa teoria aproxima-nos do objetivo da unidade da

ciência;

- isso pode levar a uma integração muito necessária na educação científica.

Grandes figuras dessa escola são E.L. Triste, A.K. Rice e George Homans. Suas ideias centrais são: o homem funcional (entendido aqui como o homem que desempenha vários papéis, que podem dar bases a várias ações dependendo de suas relações com os demais), os conflitos de papéis e os incentivos mistos.

O pressuposto básico dessa escola é que as organizações são sistemas abertos. Assim, ela apresenta as seguintes características, segundo Motta (1979):

- importação de energia -relativo ao recebimento de insumos do ambiente;
- processamento -processar os insumos com vistas a transformá-lo em produtos;
- exportação de energia - recolocar os produtos no ambiente;
- ciclo de eventos - a energia colocada no ambiente retorna à organização, para a repetição do ciclo de eventos;
- entropia negativa - reposição qualitativa de energia para resistir ao processo de homogeneização e morte;
- informação como insumo, controle por retroalimentação e processo de codificação - os insumos devem possibilitar a esta o conhecimento do ambiente e do seu próprio funcionamento em relação a ele;
- estado estável e homeostase dinâmica – para impedir o processo entrópico, a organização procura manter uma relação constante entre exportação e importação de energia, mantendo dessa forma o seu caráter organizacional. Nesse processo, ela absorve novas funções, novos subsistemas, o que faz com que ela assuma sequencialmente estados estáveis de níveis diferentes.;
- diferenciação – em função da entropia negativa a organização tende à multiplicação e elaboração de funções, o que determina também a multiplicação de papéis e diferenciação interna; e
- equifinalidade – não existe uma única maneira de atingir um estado estável.

Essa teoria geral de sistemas, no entanto, deve ser considerada de maneira crítica, pois as diferentes organizações têm diferentes finalidades, diferentes grupos condutores e, sendo assim, esse modelo poderá variar, não sendo possível observar na realidade essa “impessoalidade organizacional” pregada por essa teoria. Observa Motta (2003) que o sistema das organizações burocráticas não é um “sistema orgânico morfogêneo, como quer a teoria

dos sistemas abertos”. É, isso sim, uma teoria de poder. Continua a crítica a teoria dos sistemas abertos dizendo que:

Enquanto teoria do poder, a teoria dos sistemas abertos oculta seus reais detentores, na mais legítima manifestação do pragmatismo da sociologia norte-americana, fruto de uma sociedade onde predominam as organizações burocráticas, fazendo com que uma elite relativamente pequena precise legitimar o seu poder (MOTTA, 2003, p. 88)

Observa o autor, ainda que a morfogênese depende da entropia negativa de onde vem “a ideia de que o que garante a divisão social e técnica do trabalho interno à organização seja um traço distintivo dos sistemas abertos e não da administração”. Aponta também que essa teoria naturaliza a autoridade e minimiza os conflitos, que só pode aparecer como disfunção, na medida em que tudo é pensado em termos de uma harmonia universal. A dominação é mascarada pela integração: tudo se passa como se não houvessem dirigentes e dirigidos, mas somente sistemas, subsistemas e supersistemas a serem integrados.

Mais recentemente, a produção acadêmica de Administração tem falado também da teoria da contingência, que se baseia, segundo Motta (2003) em conhecimentos “derivados de diversos empreendimentos de pesquisa de campo, que procuraram delimitar a validade dos princípios gerais da administração e organização a situações específicas”. Baseia-se na afirmação de que, para cada tipo de empresa, e em cada ambiente, é necessário adaptar determinados tipos de regras e condutas. Segundo Chiavenato (2004), a Teoria da Contingência apresenta os seguintes aspectos:

- a organização é de natureza sistêmica, isto é, ela é um sistema aberto
- as características organizacionais apresentam uma interação entre si e com o ambiente. Isso explica a íntima relação entre as variáveis externas (como a certeza e estabilidade do ambiente) e as características da organização (diferenciação e integração organizacionais)
- as características ambientais funcionam como variáveis independentes, enquanto as características organizacionais são variáveis dependentes.

Vale citar a importante pesquisa feita por Lawrence e Lorsch, sobre o modelo diferenciação-integração. Segundo Motta (2003) procuram eles, fundamentados na visão da organização como um sistema aberto, a melhor maneira de administrar para um desempenho eficiente em ambientes dotados de determinadas particularidades. Para isso, é necessário saber o nível de diferenciação entre os diversos grupos na organização que as diferentes demandas

ambientais exigem. O nível dependerá do nível de certeza de informações dos setores ambientais relevantes, podendo ser mais homogêneo quando o nível de certeza das variáveis é semelhante, ou mais heterogêneo, quando não o são. É bastante frequente que as diferenças entre a estrutura, práticas administrativas e orientação dos membros, nos casos heterogêneos, envolvam formas fundamentais em termos de linha de pensamento e de valores, bem como de tipo de comportamento.

Interessante observar que são consideradas, como componentes ambientais, o mercado, ciência e tecnologia. Lawrence e Lorsch observaram que as empresas tendiam a ter estruturas de poder diversas conforme o subsistema vital para seu funcionamento. Isto é, o subsistema líder era aquele que lidava com o setor ambiental mais relevante. Assim, quando o ambiente mercadológico era o mais importante, o subsistema líder era vendas; quando o ambiente científico era o mais relevante, pesquisa e desenvolvimento liderava; e quando o ambiente tecnológico era o mais relevante, liderava a produção.

Motta (2003) observa que

alguns autores entendem que os estudos de Lawrence e Lorsch marcam o final da primeira etapa da abordagem dos sistemas abertos na teoria das organizações. Os anos 1970 e os primeiros anos da década de 1980 seriam caracterizados por uma nova fase baseada na relação sistema aberto-agente social (MOTTA, 2003, p. 32-33)

Trata-se de colocações que, apesar de continuarem passíveis das críticas feitas aos sistemas abertos, procuram suplantar a ideia do agente racional pela do agente social. O ambiente organizacional é visto como uma grande desordem, exigindo a consideração dos membros da organização como agentes sociais complexos, com contradições, absurdos, forças e fraquezas. Propõe-se o fim, ou pelo menos a redução radical, do formalismo, bem como maior flexibilidade e a colocação da iniciativa individual e da evolução.

Esse histórico é relevante para a pesquisa, pois mostra as características da produção acadêmica dentro da teoria de administração e os diferentes enfoques feitos em relação à empresa. Pode-se observar duas tendências nas teorias: o reconhecimento cada vez maior do ambiente dentro da ação da empresa, da interdependência organizacional, o que pode ser observado mais recentemente pela criação do termo stakeholders significando todas as partes interessadas na ação das empresas, criado por Freeman (1984), e a diminuição do formalismo excessivo para dar lugar a uma cultura que reconhece os grupos informais e procura utilizá-los para obter maior eficiência para a organização.

É interessante observar também como todas, ou ao menos a grande maioria, das

teorias hegemônicas⁵ da administração tendem a negar ou mascarar o conflito capital-trabalho e mantêm a divisão do trabalho em moldes próximos aos propostos por Taylor, ou seja, mantêm uma burocracia dirigente. Motta (1979) observa que diversas escolas como a Administração Científica e a Escola de Relações Humanas fora sido criticadas por sua ligação direta ao empresariado da época, o que influenciava em suas conclusões. As novas Escolas, no entanto, tendem a mascarar esse conflito dentro de um grande esquema de subsistemas, sistemas e supersistemas cuja tendência é a manutenção do equilíbrio. Os conflitos internos gerados pela empresa são vistos como questões psicossociais, relacionadas a papéis sociais e aos naturais sentimentos dos seres humanos, que lhe escapam da racionalidade pura.

O reconhecimento da importância do ambiente para a eficiência da empresa, junto com o paradigma proposto pela teoria dos sistemas abertos, mostra como a responsabilidade social não apresenta, na verdade, nenhuma grande revolução ética para a teoria das organizações, mas sim que está em um contínuo de integração empresa-ambiente, com vistas à manutenção da eficiência empresarial, representada pelo lucro máximo e a homeostase dinâmica, em um ambiente com uma sociedade civil forte e um mercado consumidor crítico.

6.2.2 A empresa capitalista e as relações de poder

A empresa capitalista é o espaço de instrumentalização do modo de produção. Ou seja, é ela que serve como meio para que o processo produtivo se dê. Carvalho de Mendonça define empresa, em seu conceito econômico e jurídico:

Empresa é a organização técnico-econômica que se propõe a produzir mediante a combinação dos diversos elementos, natureza, trabalho e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordena e dirige esses elementos sob a sua responsabilidade. (CARVALHO DE MENDONÇA, 1945, p. 492)

Chiavenato (2004), famoso teórico de Administração, em seu livro de introdução à teoria das organizações, explica, antes de qualificar as empresas como organizações

⁵ Importante observar que, nas décadas de 1970 e 1980, surgiram uma série de tendências contra-hegemônicas dentro da teoria das organizações, marcadas pelo participacionismo como forma de organização da produção. Motta (2003) aponta algumas como os kibutzim israelenses (1945-) e experiências em países europeus como Alemanha, Grã-Bretanha e países escandinavos. Observa que há, nessa tendência, inspirações de diversos tipos, desde a burocracia que salienta os aspectos eficientistas na participação, passando pela doutrina social da Igreja Católica, até a inspiração marxista e anarquista.

lucrativas , que

todas as atividades relacionadas à produção de bens (produtos) ou prestação de serviços (atividades especializadas) são planejadas, coordenadas, dirigidas, executadas e controladas pelas organizações. Todas as organizações são constituídas de pessoas e de recursos não-humanos. (CHIAVENATO, 2004, p. 2)

O que se pode ver, portanto, dessas definições, sejam de teóricos de Administração ou de Direito, é que a empresa é uma organização que, em suas atividades, utiliza de recursos humanos e não humanos e tem uma finalidade específica que é o lucro. Observe-se que, nesses casos, referimo-nos especificamente à empresa privada, e não às outras diferentes formas de organização da sociedade contemporânea.

Gonçalves (1991) critica os danos causados pela busca do lucro, própria da empresa capitalista, ao meio ambiente: “...quando o objetivo é acumular dinheiro, não há mais limite para a exploração do trabalhador e da natureza. Afinal, qual é o limite do dinheiro?”.

Marx (1983) observa que a diferença entre o homem e os animais é a sua capacidade de transformar a natureza, ou seja, o trabalho. É no trabalho que o homem torna-se um homem social e cumpre sua tendência a humanizar-se. No entanto, na sociedade capitalista o trabalho tem especificidades. Ouriques observa que

na sociedade capitalista, impera a subordinação do trabalhador ao capital, iniciada pela própria afirmação de sua ordem. O trabalhador vai se negar no capitalismo pela sua expulsão relativa do processo produtivo, determinada pelas mudanças na composição orgânica do capital; e, ao mesmo tempo, vai afirmá-lo quando se torna consumidor, consolidando a expansão da economia de mercado (OURIQUES, 2004, p. 33)

Nessa dicotomia, ao mesmo tempo o trabalhador também aproveita-se do mercado ao se tornar comprador, agora já alienado de seu papel no processo produtivo. Nesse papel de consumidor no mercado, ele torna a utilizar os bens agora processados pela empresa, para suas necessidades. Não se pode, portanto, negar o avanço que as empresas capitalistas têm proposto em relação ao desenvolvimento da técnica. Observa Motta (2003) que “*as técnicas modernas de administração e divisão do trabalho tornaram inquestionavelmente mais produtiva a vida econômica*”, ainda que faça crítica às formas de se pensar e comportar produzidas por essas técnicas. O próprio Marx (1993) observa sobre a capacidade do capital de desenvolver as forças produtivas. Sejam as barreiras físicas (na relação com a natureza) ou no tocante a tradições antigas, o capital:

É destrutivo frente a tudo isso, e constantemente revoluciona, quebrando todas as barreiras que confinam o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento de todos os lados da produção, e a exploração e troca de forças naturais e mentais (MARX, 1993, p. 410)⁶

No entanto esse desenvolvimento tem seus limites, que devem ser compreendidos, como colocado por Marx (1973):

barreira para o capital é que seu desenvolvimento acontece de uma forma contraditória, e que a realização das forças produtivas, da riqueza geral etc., conhecimento etc., parece de tal forma que o trabalhador se aliena; relaciona-se com as condições extraídas dele por seu trabalho como condições que não lhe são próprias, mas de uma riqueza alienada e de sua própria pobreza (MARX, 1993, p. 541)⁷

O capitalismo é diferente dos demais modos de produção, pelo seu pressuposto de desenvolvimento progressivo e universal das forças produtivas que é, ao mesmo tempo, o pressuposto de sua reprodução, no qual a superação do ponto de partida é a única pressuposição. Marx (1973) observa que o capital, apesar de apresentar essa tendência, não seria capaz de realizá-la, e portanto se tornaria uma barreira ao desenvolvimento das forças produtivas.

É importante ressaltar que, para Marx, tampouco o Estado é o defensor dos interesses públicos. Observa Motta (1979) que, em crítica à filosofia do Estado em Hegel, que defendia a burocracia estatal como uma necessária intermediadora através do qual a passagem dos interesses particulares aos gerais se torna possível, Marx coloca que essa é somente a imagem que a burocracia pretende passar, já que na verdade ela não representa o interesse geral, mas os interesses da classe dominante. Nesse sentido a burocracia, como o próprio Estado, é um instrumento através do qual a classe dominante exerce sua dominação sobre as demais.

Segundo Garcia (1988), o processo de burocratização das organizações e sociedades modernas pode ser visto de forma mais completa em Weber. Para Motta (1979), em Marx a burocracia correspondia basicamente à burocracia estatal, enquanto é Weber quem consegue

⁶ Tradução livre do autor. No original: "It is destructive towards all of this, and constantly revolutionizes it, tearing down all the barriers which hem in the development of the forces of production, the expansion of needs, the all-sided development of production, and the exploitation and exchange of natural and mental forces."

⁷ Tradução livre do autor. No original: "The barrier to capital is that this entire development proceeds in a contradictory way, and that the working-out of the productive forces, of general wealth etc., knowledge etc., appears in such a way that the working individual alienates himself [sich entaussert]; relates to the conditions brought out of him by his labor as those not of his own but of an alien wealth and of his own poverty."

vê-la como um tipo de organização, um fenômeno de caráter abrangente. A empresa capitalista, principalmente após a divisão do trabalho e a existência da divisão entre planejamento e operação, também tem uma burocracia que, igualmente, têm a tarefa de “impor à sociedade global um estado de coisas que consolida e perpetua a divisão de classes e a dominação” (MOTTA, 1979). Observa ainda o autor que a tarefa principal da burocracia é “a manutenção do status quo e dos privilégios de seus senhores. Desse ponto de vista, a burocracia e a burocratização crescente tornam-se inevitáveis em uma sociedade de classes”.

Observa Motta (1979), também, o papel da burocracia para a alienação:

a burocracia torna-se uma força autônoma e opressiva que é percebida pela maioria das pessoas como uma entidade distante e misteriosa, como alguma coisa que embora regule suas vidas está além de seu controle e compreensão, como uma espécie de divindade face à qual se sentem desamparadas e cautelosas. (MOTTA, 1979, p. 145)

Motta (1979) aponta que, para Marx, a tendência com o fim da dominação de classe seria o desaparecimento da burocracia, e sua absorção gradual pela sociedade como um todo. Coloca que “assim, o fim da divisão do trabalho marca o fim da alienação e o começo de uma era de liberdade individual. É apenas numa sociedade desse tipo que uma administração realmente democrática pode existir”.

Garcia, sobre Michels, afirma que através da elaboração deste da “lei de ferro da oligarquia”

toda a organização significava oligarquia, ou seja, de que no interior das organizações sempre haveria a dominação das minorias sobre as majorias, desmitificando, dessa forma, a ideia de uma democracia organizacional, tão propalada pelos partidos progressistas alemães, no interior dos quais ele realizou uma importante investigação empírica (GARCIA, 1988, p. 55)

Michels observa a necessidade de que essa aristocracia dirigente tenha o apoio das massas. Garcia (1988) observa que

para Michels, esse traço da aristocracia está sedimentado nos próprios postulados da ciência política moderna, que afirmam que 'muitos são chamados, mas poucos são eleitos', bem como nos postulados da moderna teoria psicológica que afirmam que 'os ideais só são acessíveis para uma minoria de espírito seletivo, que é necessário dominar as massas, nas governar com elas'. (GARCIA, 1988, p. 56)

Essa burocratização e aristocratização é ainda pior com o aumento do tamanho as

organizações, algo que pode ser observado atualmente, como já analisado nos capítulos acima. Michels (1973) observa que “a democracia não poderá existir enquanto não se alcançar uma etapa superior da vida social, melhor desenvolvida.”. No plano psicológico, segundo Garcia (1988), Michels afirma que “à medida que os homens ocupam determinados cargos de liderança, a tendência verificada é identificarem o cargo como de sua propriedade”

Apesar de Michels estudar a dinâmica interna das organizações somente, outros teóricos estudam a dinâmica externa das organizações burocráticas frente à sociedade. Segundo Motta (1979), podem ser observadas duas vertentes: de um lado, a vertente dos economistas liberais, como Ludwig von Mises e Hayek, que se alarmam com as proporções do Estado e sua interferência na vida econômica. Para eles, “é o expansionismo burocrático governamental que destrói gradualmente a livre empresa e mina as instituições democráticas da sociedade”. No outro lado, há aqueles que atribuem a burocratização crescente e o declínio da democracia à dinâmica interna do sistema capitalista:

de acordo com essa visão, a mudança tecnológica sob um sistema capitalista necessita da formação de empresas imensas que dominam o mercado e destroem qualquer espécie de competição. Sob tais circunstâncias, o poder econômico concentra-se nas mãos de uns poucos monopólios que se transformam em um Estado dentro do Estado. (MOTTA, 1979, p. 154)

Observa também a utilização de diversas instituições das sociedades modernas para difusão da ideologia dominante:

As faculdades de bairro, as pré-escolas e escolas de orientações diversas mas dominantes, a televisão, o rádio, a editoração e o cinema voltados para o lucro fácil tratam da decodificação e divulgação para o consumo de massa das imagens produzidas nos meios mais intelectualizados. (MOTTA, 2003, p. 104)

E a teoria organizacional acaba por servir a essa dominação da elite, ao reservar a capacidade do julgamento equilibrado a esta. Observa Motta (2003) que

é assim que Mort e Ross entendem que o equilíbrio na aplicação de juízos de valor a situações diversas é atributo do administrador. Tais juízos se referem tanto à ordem a ser imposta quanto à 'democracia' a ser concedida (MOTTA, 2004, p. 104)

Importante observar que o autor aponta a existência desse fenômeno não só no estado capitalista, mas também na teoria das organizações soviética. O modo burocrático de pensar oculta conflitos de valores e interesses por trás de uma razão instrumental, de uma faceta científica.

Como se pode ver, a burocratização e suas implicações para a sociedade não são um fenômeno específico das empresas capitalistas, mas um processo social mais amplo. No entanto, a administração está muito ligada a esse processo e, como foi possível ver no histórico da teoria das organizações, espelha na produção acadêmica isso.

A empresa capitalista se torna nesse caso o centro da discussão da burocratização pois é ela quem regula a produção de riquezas na sociedade. É o capital que, segundo Marx, controla a burocracia estatal e, como processo social, direciona as empresas em busca do lucro. A questão do poder encontra aqui um ponto importante, onde a produção alienada da sociedade é mitificada de forma a reduzir conflitos em prol de uma elite dirigente. Enquanto na União Soviética a burocracia ocultava o totalismo administrativo de um partido, no capitalismo a burocracia oculta a dominação do capital.

Exatamente por essa natureza é que é possível entender a responsabilidade social não como uma forma de realizar mudanças profundas na sociedade, mas sim de servir para a mitificação de uma ideologia, como dito nos capítulos anteriores, que sirva à manutenção do *status quo*. Nesse caso, o importante não é saber se essa dominação parte do Estado ou da empresa em si, ambos burocracias diferentes que tendem à mesma classe dirigente, mas sim entender de que forma a elite dirigente pode se apropriar desse conceito para a sua manutenção.

6.3 A responsabilidade social

6.3.1 Um histórico da responsabilidade social

Observa De Benedicto, Rodrigues e Penido (2008), sobre as preocupações de diversos agentes sociais quanto à responsabilidade social envolvendo empresas que

Ao longo dos séculos, surgiram muitas correntes ideológicas nos meios acadêmicos, religiosos e do Estado sobre uma 'responsabilidade social' das forças de produção, mas o poder hegemônico nunca demonstrou uma ampla disposição em socorrer os menos favorecidos e promover um desenvolvimento equânime. Historicamente houve, já no século XVI, na Inglaterra, uma lei que buscava amparar os 'miseráveis e vagabundos' (Poor Law ou Lei dos Pobres), mas sem o sucesso esperado. Ao longo dos séculos seguintes foram várias as tentativas de implantação de uma forma de

equanimidade social e amparo aos desvalidos, sem com tudo, encontrar uma motivação capaz de mobilizar a classe hegemônica (DE BENEDICTO, RODRIGUES E PENIDO, 2008, p. 3)

Oliveira (2002) faz um apanhado histórico do termo e das primeiras manifestações sobre o assunto no mundo:

*O termo ‘Responsabilidade Social’ apareceu escrito pela primeira vez em um manifesto subscrito por 120 industriais ingleses. Tal documento definia que a ‘responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas. Além disso, a maior contribuição possível ao bem-estar da nação como um todo’. Contudo, as primeiras manifestações dessa ideia surgiram no início do século XX, com os americanos Charlies Eliot (1906), Hakley (1907) e John Clark (1916), e em 1923 com o inglês Oliver Sheldon. Apesar de defenderem a inclusão da questão social entre as preocupações das empresas, além do lucro dos acionistas, seus questionamentos não tiveram aceitação e foram postos de lado. O marco inicial para estudo e debate do assunto ‘Responsabilidade Social’ foi o lançamento do livro de Howard Bowen *Responsibilities of the businessman*, nos Estados Unidos, em 1953 (OLIVEIRA, 2002, p. 200-201)*

Bowen (1957) define responsabilidade social como: “as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”.

Sobre essa definição, observa Tomei (1984) que é “muito filosófico, isto é, de cunho ideológico. Em outras palavras, a noção de responsabilidade social se defronta em áreas-limite da ética e da moral absolutamente subjetivas”. Drucker (1995, apud Araújo, Moreira e Assis, 2005) afirma que antes da década de 60, Responsabilidade Social da empresa era entendida como postura ética na administração da empresa; responsabilidade do empregador para com seus empregados; participação e apoio do empresário à cultura e causas filantrópicas e defesa da moralidade. A assunção de postos públicos e cargos governamentais pelo empresariado era incentivada como exemplo de atuação socialmente responsável.

Como é possível perceber, o foco eram os empresários. No entanto, segundo Araújo, Moreira e Assis (2005), hoje em dia outros pontos prevalecem ao se tratar de Responsabilidade Social. “Fala-se daquilo que a empresa deve ou pode fazer para enfrentar e resolver os problemas sociais.”

Oliveira (2002) prossegue seu histórico dizendo que as ideias de Responsabilidade Social se multiplicam também na Europa Ocidental, a partir de influência dos Estados

Unidos. A doutrina se difunde tanto nos meios acadêmicos quanto empresariais. Na Alemanha, o desenvolvimento do tema é rápido, mas é a França que toma a primeira medida, obrigando as empresas a fazerem balanços periódicos de seu desempenho social.

Na década de 60 e 70 eram épocas de comoções sociais e, como visto, do avanço do neoliberalismo. Foi uma época de crise do sistema econômico, declínio do Estado-providência e é necessário ter em mente essa conjuntura ao entender o ascenso da Responsabilidade Social justamente nesse período.

Na década de 1980, o aumento das pressões sobre as empresas pela busca de alterações nos aspectos econômicos, desponta-se como terreno propício à discussão e difusão das ideias de responsabilidade social. Mormente nos países em via de democratização política, esse tema passa a ser associado com a ética empresarial e com a qualidade de vida no trabalho (DE BENEDICTO apud DE BENEDICTO, RODRIGUES E PENIDO, 2008, p. 5).

Observam Araújo, Moreira e Assis, 2005 que no Brasil a Igreja Católica dominou as ações nas obras sociais até o início do século XX, e não por acaso a atuação empresarial no setor social teve início na década de 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), reconhecendo a função social das empresas.

Contudo, observa Pinheiro (2001, apud ARAÚJO, MOREIRA E ASSIS, 2005) que a Responsabilidade Social só ganha visibilidade no meio empresarial em 1993, com a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida conquistando a adesão do movimento PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Mais avanços foram feitos nos anos subsequentes e em 1999 a Câmara Municipal de São Paulo instituiu o Selo *Empresa Cidadã*, premiando e reconhecendo empresas que praticam Responsabilidade Social e publicam o seu Balanço Social. Ainda no mesmo ano, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVMB) instituiu o Prêmio Top Social (PINHEIRO, 2001, apud ARAÚJO, MOREIRA E ASSIS, 2005).

É interessante observar o movimento feito, desde 60 até as últimas atividades, das empresas, de um momento em que a responsabilidade social passava pela participação altruísta de empresários na gestão pública, como observa Drucker (1995, apud ARAÚJO, MOREIRA E ASSIS, 2005), e em doações a fundações, como observa Mendonça (2002), para uma efetiva participação estratégica da organização, a partir, como visto, principalmente

a partir dos anos 1970 e, atualmente, a legitimação do Estado, através de selos como o da Câmara Municipal de São Paulo e outros incentivos fiscais, dessa esfera da empresa privada como responsável por essa função social. O Instituto Ethos (2006) aponta a importância do governo britânico em “apoiar os esforços de outros países na promoção de iniciativas de RSE além de encorajar a implementação de diretrizes internacionais para um comportamento padrão de responsabilidade social responsável.”

6.3.2 Responsabilidade social hoje

De Benedicto, Rodrigues e Penido (2008) exemplificam de maneira clara o panorama geral adotado como pano de fundo para a inserção da responsabilidade social:

Diante da falência do Estado, de sua incapacidade de encontrar soluções e fazer os investimentos necessários para mudar tal situação, torna-se necessário que o setor empresarial, as Organizações Não Governamentais, o governo e a sociedade como um todo, assumam sua parcela de responsabilidade em busca de mudanças significativas. (DE BENEDICTO, RODRIGUES E PENIDO, 2008, p.3)

Garcia (2002, apud Araújo, Moreira e Assis, 2005) aponta um panorama muito semelhante, em análise da realidade brasileira. Observa o autor que o Estado, a partir de política neoliberais implantadas pelo presidente Collor e Fernando Henrique, passa a ser criticado como agente organizador da dinâmica social, em favorecimento da esfera privada. As propostas neoliberais vêm, então, paulatinamente desresponsabilizando o Estado pela garantia dos direitos de cidadania, sendo essa obrigação repassada à sociedade civil.

Observa Lima (2002), de modo semelhante a Garcia, que segundo o modelo econômico neoliberal o estado “é considerado ineficiente e perdulário e por essa razão deve deixar ao mercado e à sociedade civil a responsabilidade pelo desenvolvimento da nação“. Isso leva, segundo ele, a uma rediscussão do papel e amplitude do Estado.

Toldo (2002) aponta que as próprias empresas percebem a incapacidade do governo de atender todos os anseios da comunidade. Analisa uma falência do governo brasileiro – que por sua incapacidade leva a empresa a tomar essas tarefas para si.

A responsabilidade social surge como a resposta das empresas. Uma definição contemporânea para o conceito é a feita pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade

Social⁸, que define responsabilidade social empresarial como

a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O Instituto defende uma unificação do mercado, sociedade civil e Estado para obter um quadro institucional que fortaleça avanços na responsabilidade social empresarial – admitindo, portanto, a intervenção do governo nesse sentido. (INSTITUTO ETHOS, 2006)

Toldo (2002) observa que “(...) as ações de Responsabilidade Social vêm tentar superar a distância entre o social e o econômico, com a proposta de resgatar a função social das empresas” chegando a defender um reencontro do capital com as atividades sociais. Steiner e Miner (1997, apud De Benedicto, Rodrigues e Penido, 2008) também defendem uma diminuição da importância do lucro para as empresas.

Araújo, Moreira e Assis (2005) chegam a apontar que “há quem professe que caminhamos para um mundo sem governos, liderado pelas empresas, estas sim as grandes instâncias geradoras de desenvolvimento”

Há, portanto, uma questão ideológica de organização da sociedade envolvida com o ascenso da responsabilidade social – organização que está muito próxima da retórica neoliberal, onde o mercado e o terceiro setor podem se responsabilizar pela tarefa social.. Com uma visão mais crítica, Ventura e Vieira (2006) entendem o processo de responsabilidade social empresarial trata-se

de uma resposta empresarial à necessidade de realimentar o espírito do capitalismo, que é a ideologia que mobiliza as pessoas para se inserirem e se manterem no sistema capitalista, além das dimensões materiais (VENTURA E VIEIRA, 2006, p. 2)

Martins e Silva (2008) apontam, na mesma linha, que “típicas formas de interação das empresas com a sociedade em geral contribuí sensivelmente para sua legitimidade organizacional como para a da própria lógica das relações sociais de produção predominantes”.

Garcia (2002) também mostra ceticismo quanto a esse mundo, pois é necessário ter claro “quais são os papéis e os limites de cada ator na proposição e no encaminhamento de

⁸ Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em 10 mar 2009.

soluções para o quadro de miséria e exclusão que impera em nosso país” e as “ações do empresariado e da sociedade civil não devem ter a pretensão de substituir a responsabilidade majoritária do Estado em suas funções sociais”. Observa também que a questão é mais complexa quando trata-se da ação social das empresas, por estarem ligadas à esfera do mercado, que é marcado pelos interesses econômicos (lucro).

Melo Neto e Froes (2001) observam que a responsabilidade social “é uma ação estratégica da empresa que busca retorno econômico, social, institucional e tributário-fiscal”. Ela é “coletiva, mobilizadora, porque valoriza a cidadania, promove a inclusão social e a civilidade”. Sobre o surgimento do conceito, observam os autores que a consciência social dos empresários começa a despertar quando os problemas sociais atrapalha o desenvolvimento de seus negócios, seja pelo baixo poder aquisitivo, a baixa escolaridade ou a violência.

A essa consciência, é necessário que se atribuam outros fatores. Segundo Srour (1998) o surgimento do conceito, entre outros fatores, deve-se ao fortalecimento da sociedade civil, uma economia aberta e policiada pela mídia, o desenvolvimento de uma demanda pelo marketing social, o desenvolvimento de alianças estratégicas entre empresários, a conjugação de esforços de agentes sociais em fundos de investimentos e fundos de pensão, a pulverização do capital aplicado numa variedade enorme de empreendimentos, a emergência de empreendedores que controlam alguma forma de conhecimento inovador – e decorrente surgimento do conceito de 'capital intelectual', o fortalecimento da figura dos gestores profissionais e a conquista de espaços democráticos no seio das empresas, graças à gestão participativa.

É importante observar que a importância da sociedade, se articulando com os diversos outros fatores, gestaram esse conceito. Isso ajuda a explicar porque, com o aumento das necessidades materiais de um retorno social das empresas, causados pelo advento do Estado neoliberal, foi possível observar um grande aumento da atenção dispensada a esse tema, tanto no espaço acadêmico quanto nas empresas. Mattelart (1994), observa esse processo:

“não somente a empresa se converteu em um ator social de pleno direito, exprimindo-se cada vez mais em público e agindo politicamente sobre o conjunto dos problemas da sociedade, mas, também, suas regras de funcionamento, sua escala de valores e suas maneiras de comunicar foram, progressivamente, impregnando todo o corpo social. A lógica ‘gerencial’ instituiu-se como norma de gestão das relações sociais. Estado, coletividades territoriais e associações foram penetrados pelos esquemas de comunicação já

experimentados por esse protagonista do mercado.” (MATTELART, 1994, p. 246-247)

Montana e Charnov (2000) apontam que como a empresa é a maior potência do mundo contemporâneo, ela tem a obrigação de assumir uma Responsabilidade Social correspondente. E salienta o retorno à própria empresa, através de um bem comum que beneficiará a empresa no final.. Essa visão “global” da empresa está muito ligada à teoria dos sistemas abertos, vista nos capítulos anteriores.

Como as empresas estão, como já citado, dentro da esfera do mercado, muitos estudos apontam para os ganhos financeiros relativos ao marketing social decorrente de uma imagem positiva de responsabilidade social. Freitas (2000) identifica e analisa cinco dos temas que compõem hoje o imaginário que as empresas criam de e para si e que trazem diversos benefícios à organização. Os temas relacionados pela autora são: o da “empresa-cidadã”, o da “empresa como restauradora da ética e da moralidade”, o da “empresa-comunidade”, o do discurso flexibilidade no trabalho e o da excelência nas empresas.

Palazolli (apud CORRÊA E MEDEIROS, 2003), observa que os benefícios da responsabilidade social na empresa capitalista não são só para o exterior da empresa, mas tem efeitos em seus próprios funcionários, pois conforme o indivíduo perceba o comprometimento da organização com seus empregados, aumenta a probabilidade de que estes busquem contribuir com a eficácia da organização.

Barros (2001, apud ARAÚJO, MOREIRA E ASSIS, 2005) aponta a vantagem do investimento em responsabilidade social tanto em termos corporativos quanto mercadológicos, com a obtenção de engajamento de funcionários nas iniciativas socialmente orientadas, manutenção de relações públicas, promoção e incremento de vendas, singularização e consolidação da marca, dissolução de resistências e aumento de receptividade do consumidor, qualidade no posicionamento, fortalecimento da imagem corporativa, acesso à mídia espontânea.

No entanto, não há consenso quanto à capacidade de mensurar esse retorno. Em uma série de entrevistas com empresários e executivos, realizadas por Manfredini (2001) e divulgadas por Araújo, Moreira e Assis (2005), foram coletadas as seguintes opiniões:

O retorno é de longuíssimo prazo e não pode ser quantificado por números, mas pela credibilidade junto aos diversos setores da sociedade e no estímulo dos funcionários (José Estanislau Sousa, diretor de assuntos corporativos da Unilever-América Latina e Brasil).

(...) o retorno, pode sim, ser quantificado por números. No ano passado, o retorno na mídia espontânea foi sete vezes o valor investido (Eduardo Romero, diretor de Marketing Institucional do Pão de Açúcar).

(...) embora os funcionários se sintam motivados e a comunidade reconheça o trabalho, o retorno dos clientes é apenas a longo prazo. Eles têm simpatia por empresas com postura cidadã, mas isso ainda não influencia a decisão de compra (Ricardo Menezes, diretor de relações institucionais da Perdigão).

Montana e Charnov (2000) ressaltam as críticas de Milton Friedman, um dos expoentes do neoliberalismo, em relação à responsabilidade social, apontando que este coloca-se contrário a esta por acreditar que a função da empresa é otimizar os lucros e o valor do patrimônio líquido dos acionistas. A empresa só deveria ser socialmente responsável no que diz respeito a manter-se em conformidade com as ações exigidas por lei, cumprindo-as adequadamente. O custo de programas sociais abalaria a lucratividade da empresa e acabaria por ser repassado para os preços pagos pelos clientes, o que poderia desmotivar o consumidor.

Logo, pode-se pensar a responsabilidade social como uma conciliação das demandas sociais por um retorno das empresas à sociedade com as demandas da empresa para a permanência e aumento de seus lucros, em uma sociedade onde a imagem da empresa torna-se algo de grande relevância para a decisão de compra do consumidor. Talvez resida exatamente aí, na sua natureza de conciliação, os seus limites. Antunes (1995) escreve, em sua análise dos métodos de produção japonesa, como o *kanban* e o *just-in-time*, o seguinte: “(...) pensamos que se possa dizer que, no universo da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite”. Corrêa e Medeiros (2003) observam que “talvez prolongar este estranhamento ou impedir que ele chegue ao limite do trabalhador seja uma das intenções da responsabilidade social da empresa”. Magalhães (apud CORRÊA E MEDEIROS, 2003), concordando com essa crítica, observa que o “homem tem o poder de, em um estado de limite de sua identidade, se rebelar, se posicionar. É uma transformação de estado da consciência pelo limite. Pelo limite da dignidade, do estômago, da opressão.”

7. Considerações finais

Que a acumulação capitalista tem efeitos consideráveis no aumento da desigualdade social parece ser um acordo entre os diversos autores, como Motta (2003), De Benedicto, Rodrigues e Penido (2008), Linhares, Scariot e Canopf (2006), entre outros. No entanto, o que se pretende entender melhor é se a responsabilidade social surge como um contraponto a essa acumulação, ou como um método alternativo de viabilizá-la.

A partir dos anos 1960/1970, observa-se um crescimento das teorias que atualizavam preceitos do liberalismo, pregando pela total liberdade econômica e o Estado mínimo. Esse movimento foi chamado de neoliberal, e pregava a falência do Estado em lidar com a dinâmica social. Instrumentalizando essa nova diretriz, a globalização e o imperialismo trouxeram novos limites para a ação do Estado-nação, ao mesmo tempo em que favorecia um gigantismo de grandes corporações dos países ricos, aproveitando-se do maior volume de capital e da desregulamentação do mercado.

Essas mudanças dão novas configurações ao cenário internacional, gerando novas arenas políticas, onde agentes privados entram em uma correlação de forças sem a intervenção estatal. Pode-se atribuir essa visão a uma decorrência ideológica da doutrina neoliberal, ao considerar um contraponto entre sociedade civil – entendida aqui e majoritariamente na produção acadêmica como um setor que só se define por estar fora do aparelho de governo – e mercado, que seriam livres e dinâmicos, contra o Estado, esse visto como uma burocracia incapaz de ordenar a sociedade. Essas novas arenas tornam-se limitadas na capacidade de crítica em relação a um modelo político alternativo por suas deficiências em termos de abrangência e coordenação de suas ações.

O desenvolvimento da teoria das organizações acompanha esse processo. De um ponto onde o foco era somente a própria empresa e suas problemáticas, ela vem se desenvolvendo para a compreensão dos fenômenos ambientais como preocupações necessárias para que a empresa exercite sua eficiência máxima. A teoria dos sistemas abertos, o paradigma mais aceito atualmente e surgido nos anos 1970/1980, caminha nesse sentido. No entanto, como mostra ser um traço histórico das teorias de administração que se tornaram hegemônicas, não entra na questão do poder, e acaba por ocultá-lo sob uma correlação biológica, uma teoria social, na qual se naturaliza a autoridade – não há dominação, mas subsistemas, sistemas e supersistemas que se integram em estabilidade sob uma aparência natural. Sob a visão dessa

teoria, dentro da entropia negativa, a empresa deve estar constantemente se moldando ao ambiente de forma a garantir a melhor relação de eficiência, algo que a teoria da contingência, que vem posteriormente e desenvolve a teoria dos sistemas abertos, também tenderá a concordar.

Podemos ver, portanto, que na produção acadêmica da administração inicia-se um movimento que viabiliza que a empresa assuma as tarefas que, na mesma época, vão se colocar para ela a partir da demanda ambiental. Dentro desse cenário, é possível entender o ascenso do conceito de Responsabilidade Social nos anos 1970/1980. Apesar do conceito já ser mais antigo, ele já havia sido rejeitado pelo empresariado em outras vezes e, somente a partir desses anos é que ele se torna uma parte qualitativa da estratégia empresarial. Enquanto muitos autores estudados atribuem esse ascenso a um vago desenvolvimento das sociedades, é possível entendê-lo como processo social que, frente ao avanço da correlação de forças do neoliberalismo, ganha considerável importância.

O paradigma geral para justificar a responsabilidade social é praticamente o mesmo do já visto: a falência do Estado como organizador da dinâmica social e a urgência da participação de outras formas de organização da *sociedade civil* nessa dinâmica. As empresas surgem como as grandes organizações potentes que podem responder em parte a essa nova responsabilidade e, como proposto pelo paradigma dos sistemas abertos, recebe essa demanda do ambiente e se molda a ela de forma a crescer na sua eficiência.

No entanto, quais são os limites reais dessa integração? É importante observar que até mesmo uma parte dos neoliberais, nos quais é possível citar Friedman, se colocam contra essa medida justamente por não entender o benefício que isso trará para a lucratividade da própria empresa. Esse é um dos limites da responsabilidade social: o que um determinado projeto irá gerar de retorno, ainda que em termos de sustentabilidade para a continuidade dos projetos organizacionais. Ainda que existam dificuldades de mensuração, os administradores de empresas em geral tomam a decisão de adotar um projeto de responsabilidade social com a crença de que ele trará algum tipo de retorno à empresa. Como observa Garcia (2002), a empresa corresponde ao setor do mercado – e é, portanto, projetada com a finalidade do lucro, do qual depende para a sua própria sobrevivência.

Outro limite pode ser retirado do liberalismo de Adam Smith: a afirmação de que a justiça distributiva tenderá ser priorizada em relação à justiça comutativa somente nos casos em que a estabilidade social estiver ameaçada. Pode-se dizer que, no Estado neoliberal, o

próprio aparelho burocrático estatal não consegue influenciar a dinâmica social no nível em que Smith previa, e cabe às empresas ocupar esse papel de atribuir o nível de justiça distributiva necessário nesses casos. Seguindo os preceitos liberais, a empresa tenderá a atribuir o nível de distribuição que possibilite o melhor resultado do mercado. De acordo com essa visão geral de inspiração liberal, muitos artigos defendem a importância da contribuição social da empresa para a manutenção do quadro social que, em última instância, favorecerá a ela mesma.

Como criador e resultado do avanço do conceito e da estabilização do paradigma neoliberal dentro da sociedade está alguma parte da produção acadêmica que já vê, nessa nova integração empresa-sociedade, o início de uma nova forma de desenvolvimento social. Alguns afirmam que as empresas abandonarão o lucro em prol de uma nova forma de integração com a sociedade. Isso mostra uma outra faceta da empresa, e da responsabilidade social: a faceta ideológica de consolidação do neoliberalismo. O projeto de responsabilidade social, no terreno moral, contribui para que todo o paradigma acima descrito seja construído como consenso da população: as empresas ocupam o espaço da ação social junto com as demais entidades do Terceiro Setor e, provavelmente, dirigindo essas entidades, no lugar do Estado que, burocratizado e ineficiente, não conseguiria organizar a sociedade da forma mais efetiva. Como dito anteriormente, é necessário entender toda a conjuntura não só em termos de sua dinâmica, mas também em termos de poder, para que se possa compreendê-la plenamente.

Essa análise permite entender os motivos de, ao redor de todo o mundo, o Estado estar incentivando projetos de responsabilidade social. O governo britânico ocupa destacado papel nesse sentido, e no Brasil há projetos em São Paulo. Pode-se recorrer a Marx para entender que mesmo a burocracia estatal é, ainda que com alguma autonomia, representante de uma classe dirigente. O próprio Estado, adotando o projeto neoliberal, tende a contribuir financeiramente para os projetos de responsabilidade social. O importante, por ser esta uma questão ideológica, é que a imagem seja referente às corporações, coisa que é também grandemente valorizada pelas próprias corporações. Pesquisa da ADVB com 1.715 empresas do Brasil, relatada por Araújo, Moreira e Assis (2005), verificou que “2 terços das empresas que responderam são de grande porte e a maioria das restantes, de tamanho médio”. Não à toa as empresas investem justamente na área social e de educação, que vem constantemente recebendo menos verbas estatais – relata ainda a pesquisa que “a preferência de investimentos

se dá nas áreas de educação e saúde, e a principal clientela dos projetos sociais são crianças e jovens.”

Apesar dessa tendência das burocracias governamentais de adotar o projeto neoliberal, alguns governos, influenciados por conjunturas específicas, têm mantido em algum nível seus investimentos na área social e educação, sendo possível apontar os governos da América Latina.

Como projeto, a responsabilidade social é um importante aporte à ação social. O nível mais ou menos radicalizado das medidas destas e demais medidas do Terceiro Setor poderiam indicar um avanço em busca de uma outra forma de organização da sociedade e não é possível negar que, frente a um vácuo de ações por parte do Estado, esses projetos conseguem de fato contribuir para a manutenção do mínimo de sustentabilidade. No entanto, na conjuntura na qual a responsabilidade social está inserida, ela é utilizada como uma forma de viabilizar e até mesmo amplificar a acumulação capitalista, frente a um intencional vácuo do Estado surgido desde o ascenso do paradigma neoliberal, substituindo a atuação do Estado que, ainda que dirigido pelos interesses da mesma classe dominante, fornece algum controle democrático, pela lógica de mercado aplicada à distribuição de riquezas. Esse processo vem se consolidando somente muito recentemente. Além disso, o reconhecimento público das empresas como responsáveis por essa esfera da vida social significaria um processo empobrecedor das políticas públicas. Às empresas não deve caber o papel de cuidar da questão social mais ampla mas, em verdade, também elas devem assumir um papel de responsabilidade a partir da elaboração de políticas públicas organizadas por dentro do Estado e mediante controle social amplo.

Esse trabalho não pretendeu analisar a responsabilidade social como forma de atuação interna da empresa com seus funcionários, como foi explicitado na delimitação da pesquisa, mas podemos apontar, segundo Motta (2003) um processo com algumas semelhanças. Nesse sentido, aponta ele algumas experiências recentes que indicam o participacionismo como intervenção ativa da população frente às discussões públicas.

Os administradores, dentre os quais vale destacar os gestores públicos, devem estar atentos aos limites do conceito de responsabilidade social e a sua significação frente a esse projeto amplo de desenvolvimento de uma política de Estado mínimo, como forma de garantir o controle democrático dentro do desenvolvimento da sociedade contemporânea e o enriquecimento das políticas públicas, com vistas a uma comunidade mais igualitária. Nesse

sentido, cumpre um papel não só a efetiva participação das empresas e dos demais agentes da sociedade civil junto com o governo , mas também uma discussão sobre qual é o caminho correto a ser seguido pelo Estado (entendido aqui na sua concepção gramsciana), trazendo a discussão do poder à ordem do dia.

Devido ao tema ser muito recente, só se pode fazer, até aqui, um cenário geral da gênese e desenvolvimento do conceito até os dias atuais. Essa limitação da pesquisa nos dá também a certeza de que os rumos para onde irão o conceito de responsabilidade social e o papel do Estado estão em constante mudança e, nesse sentido, todos os agentes sociais têm papel ativo sobre seus destinos.

8. Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: As Política Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo : Cortez ; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ARAÚJO, M. R. M. ; MOREIRA, Alice da Silva ; ASSIS, Grauben . O que é responsabilidade social de empresas para o consumidor: significado e influências.. In: Ricardo Young. (Org.). Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2005, v. 4
- BOWEN, Howard R. *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1957.
- CAMILLO, Maria Estela Gozzi, TULLIO, Guaraciaba Aparecida. Elementos para a discussão da sociedade e da educação: a teoria dos sentimentos morais na obra de Adam Smith. Revista HISTEDBR, n. 10, (jun 2003). <Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art3_10.html>. Acesso em 17 ago 2009.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias e BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A Atual Ideologia Conservadora e o Capitalismo Contemporâneo: uma Crítica à Teoria Pós-moderna Neoliberal. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2008.
- CARVALHO DE MENDONÇA, J.X. Tratado de Direito Comercial Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945
- CHAUI, Marilena. A história no pensamento de Marx. Em: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações: edição compacta. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004
- CORRÊA, Filipe Toscano de Brito Simões; MEDEIROS, João Ricardo.

- Responsabilidade Social Corporativa para quem?. In: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. (Org.). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2003, v. 2
- DE BENEDICTO, Samuel Carvalho, RODRIGUES, Ângelo Constâncio, PENIDO, Aline Micheli da Silva. Surgimento e Evolução da Responsabilidade Social: uma reflexão teórico-analítica. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Anais do XXVIII ENEGEP, 2008.
 - DIAS, Maurício Leal. O neoliberalismo é intervencionista? . Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 31, maio 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=73>>. Acesso em: 29 ago. 2009.
 - DRUCKER, Peter. Administração em tempos de grandes mudanças. São Paulo, Pioneira e Publifolha, 1999.
 - DUMÉNIL, Gerard, LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – neoimperialismo. Revista Economia e Sociedade – Vol. 16, nº 1 (29), (abr 2007)
 - FAVA, Rubens. Administração: ciência, técnica ou arte?, 2008. <Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/administracao_ciencia_tecnica_ou_arte/25366/>. Acesso em 20 ago 2009.
 - FREEMAN, R. Edward. Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston, Massachusetts: Piman, 1984.
 - FREITAS, Maria Ester de. Contexto Social e Imaginário Organizacional Moderno. *Revista de Administração de Empresas*. v. 40, n. 2, p. 06-15, (abr/jun 2000)
 - FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. Rio de Janeiro : Artenova, 1977
 - GANDRA, Rodrigo Mendes. A crescente preocupação com questão distributiva no pensamento de Adam Smith. Revista Diálogos – Vol. 9, nº 2 (2005)
 - GANEM, Angela. “Adam Smith e a explicação do mercado como a ordem social: uma abordagem histórico-filosófica”. In: *I Colóquio de História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1998 (mimeo)
 - GARCIA, Fernando Coutinho. A lei de ferro da oligarquia e o discurso da participação. *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 28, nº2 (abr/jun 1988)
 - GARCIA, B.. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil: o caso do Instituto Ethos. In Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

- GONÇALVES, Carlos W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo, Contexto, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere (vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HAYEK, Friedrich. O Caminho da Servidão. Porto Alegre: Globo, 1977
- IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997
- INSTITUTO ETHOS. Critérios essenciais de responsabilidade social empresarial e seus mecanismos de indução no Brasil. São Paulo: Instituto Ethos, 2006. <Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/criterios_essenciais_web.pdf>. Acesso em 5 set 2009
- INSTITUTO ETHOS. O que é RSE? <Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em 6 dez 2009
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Os Sentimentos Morais da Riqueza das Nações – Progresso e Pobreza na Economia Política Clássica. Revista EconomiA. Vol. 7, nº 3 (set/dez 2006)
- KUNSCH, Margarida M. Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas. UNIrevista - Vol. 1, nº 3, (jul 2006)
- LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. Lua Nova: São Paulo, 1999.
- LIMA, M. Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras à comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor. In Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- LINHARES, João Eduardo; SCARIOT, Josiane Lusía; CANOPF, Liliane. Responsabilidade social: contextualização histórica e cenários de seu desenvolvimento. Revista Synergismus Scyentifica UTFPR – Revista do Ensino Pesquisa e Extensão da UTFPR Campus Pato Branco. Vol. 1, nº 1-4 (Jan/Dez 2006)
- MANFREDINI, C. Responsabilidade Social abandona o anonimato. Gazeta Mercantil, 23,24,25/03/2001
- MARTINS, C. ; SILVA, R. F. C. . A Construção da Legitimidade no Discurso das

- "Empresas-modelo" em RSE. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2008, Belo Horizonte. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Organizacionais - ANPAD, 2008.
- MARX, Karl. Grundrisse : foundations of the critique of political economy (rough draft). London; New York : Penguin Books; New Left Review, 1993.
 - _____. O capital. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, t. I, v. 1.
 - _____. A guerra civil na França. São Paulo: Global, 1986.
 - _____. Manifesto Comunista. São Paulo : Global, 2006.
 - MATTELART, Armand. Comunicação-mundo: história das idéias e estratégias. Petrópolis, Vozes, 1994.
 - MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro : Qualitymark Ed., 2001.
 - MENDONÇA, P. O marketing e sua relação com o social: dimensões conceituais e estratégicas. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.
 - MICHELS, Robert. Los partidos políticos. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
 - MONTANA, P. J., CHARNOV, B. H. Administração: Responsabilidade Social, In: *Administração*. São Paulo: Saraiva, 2000.
 - MONTEIRO, Janne Cavalcante. Lesões por esforços repetitivos: um estudo sobre a vivência do trabalhador portador de L.E.R, 1997. <Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disserta97/monteiro/>>. Acesso em 20 set. 2009
 - MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração: uma introdução. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1979.
 - _____. Teoria das Organizações: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
 - NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.
 - NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº 52 (jun 2003)
 - OLIVEIRA, F. Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã. In Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo:

Peirópolis, 2002.

- OURIQUES, Helton R. A questão ecológica no capitalismo: uma visão marxista. Revista Motrivivência. Ano XVI, nº 22 (jun 2004)
- RAMOS, Carlos Alberto. Políticas de Geração de Emprego e Renda: Justificativas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira, Texto para Discussão Nº 277. Universidade de Brasília: Brasília. 2003.
- RIBEIRO, A.C.T.; SILVA, C.A.; VIEIRA, H.M.; SILVA, R.C. Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do Rio de Janeiro. Simpósio Internacional Sol e Território, Departamento de Geografia/USP, 1995.
- RIBEIRO, A.C.T. Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Org.) A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SILVA, Bruno Mattos e. A teoria da empresa no novo Código Civil e a interpretação do art. 966: os grandes escritórios de advocacia deverão ter registro na Junta Comercial?. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3606>>. Acesso em: 18 fev. 2009.
- SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro : Campus, 1998.
- TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- TOMEI, Patricia A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. Revista de Administração de Empresas. v. 24, n. 4, p. 189-202, (out/dez 1984)
- VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. In: XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração, 2006, Salvador. Anais do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, 2006.
- WONNACOTT, Paul WONNACOTT, Ronald. Economia; tradução, revisão e adaptação Yeda Rorato Crusius, et al. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.